



Universidade do Porto

Faculdade de Direito

O Certificado Sucessório Europeu

Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Privatísticas

por

João Ricardo da Costa Menezes

Sob a orientação da Professora Doutora Helena Maria Machado Barbosa da Mota

Porto

2016

O presente trabalho problematiza a relevância do novel Certificado Sucessório Europeu na tramitação das sucessões com características transfronteiriças e que foi introduzido pelo Regulamento (UE) n.º650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de julho de 2012 relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu.

A manutenção e desenvolvimento de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça que assegure a livre circulação das pessoas reclamam medidas concretas, nomeadamente no domínio da cooperação judiciária em matéria civil, como se reconheceu com as alterações introduzidas pelo Tratado de Amesterdão ao Tratado da União Europeia e aos Tratados que instituíram as Comunidades Europeias, hoje com consagração expressa no título V do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia - “O espaço de liberdade, segurança e justiça”. Resulta do artigo 67.º n.º4 daquele Tratado, que a União facilita o acesso à justiça, nomeadamente através do princípio do reconhecimento mútuo das decisões judiciais e extrajudiciais em matéria civil.

O Regulamento (UE) n.º650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de julho de 2012 relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu configura a concretização de um novo marco na criação do projeto europeu, a par de outros instrumentos jurídicos da União Europeia, nomeadamente os Regulamentos Roma I (obrigações contratuais), Roma II (obrigações extra-contratuais), o Regulamento que cria uma cooperação reforçada no domínio da lei aplicável em matéria de divórcio de separação judicial e mais recentemente o Regulamento (UE) 2016/1103 do Conselho de 24 de junho de 2016 que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e execução das decisões em matéria de regimes matrimoniais.

Sabemos que o principal objetivo do direito das sucessões é, genericamente, o de garantir a transmissão organizada da titularidade de bens, direitos e obrigações de uma pessoa depois da sua morte.

Conhecemos a especial complexidade do direito sucessório e a disparidade de soluções entre os diferentes sistemas de direito internacional privado.

Com a criação do Certificado Sucessório Europeu, ainda que respeitando o princípio da subsidiariedade, propõe-se um mecanismo uniforme que permita concluir, com segurança, quem são os herdeiros, legatários, o testamenteiro ou o administrador da herança em determinada sucessão com incidência transfronteiriça.

Pretende-se com este instrumento atenuar os obstáculos com que se deparam as pessoas que pretendem provar a sua qualidade e exercer os seus direitos como interessados numa sucessão com carácter transnacional. Na verdade, os meios de prova da qualidade de interessado numa sucessão variam de país para país o que, com frequência, origina problemas de reconhecimento de documentos no Estado de receção entendido como aquele onde o interessado pretende fazer valer a sua qualidade, direito ou faculdade.

O Certificado Sucessório Europeu foi criado pelo Regulamento (UE) n.º650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de julho de 2012, pelo que seguiremos, de perto, o capítulo VI deste instrumento jurídico, que prevê e disciplina a finalidade, a competência para a emissão, a legitimidade para o pedido, a emissão, o conteúdo e os efeitos deste novo documento.

A previsibilidade e a facilidade na aplicação prática serão as chaves-mestras do Regulamento das Sucessões, pelo que o Certificado Sucessório Europeu deve afirmar-se como um instrumento decisivo na concretização dos objetivos propostos pelo legislador europeu. Previsibilidade no sentido de permitir ao autor da sucessão planear uma transmissão segura do seu património para os herdeiros determinando, a montante, a lei aplicável e as autoridades competentes para formalizarem o processo. Facilidade porque cria-se um sistema harmonizado que visa a aplicação de uma só lei, por uma só entidade permitindo uma coincidência entre a lei aplicável à sucessão e o órgão competente para a tratar.

Problematizar-se-á a natureza jurídica do Certificado Sucessório Europeu e a sua concorrência com outros documentos que versem sobre a mesma realidade sucessória e que tenham sido emitidos em diferentes Estados-Membros, mas também o concurso

entre diferentes documentos que respeitem à mesma herança e que tenham sido emitidos num mesmo Estado Membro.

Pretende-se, assim, analisar o regime proposto, testar a adequação do Certificado Sucessório Europeu às necessidades práticas, bem como uma análise crítica e problematizada sobre os seus efeitos legais.

ABSTRACT

The Regulation (EU) N.º 650/2012 of the Parliament and of the Council of 4 July 2012 created a new document, the European Certificate of Succession, which is an optional instrument but, certainly, a challenge for Private International Law.

The inheritance laws of Member States are characterised by their diversity. However, since the nationals of the Member States can freely move themselves, and in the different states they can freely acquire property, the potential number of cross-border inheritance law cases is very large.

Predictability and ease of application are therefore the key words for this Regulation and the European Succession Certificate should be a decisive tool to carry out this purpose. Recognition of foreign certificates of inheritance *versus* European Succession Certificate, adequate protection of third parties, evidence, competence to issue the European Certificate of Succession are some examples of the relevance of this new document.

RESUMO.....	2
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – A INSTITUIÇÃO DO CERTIFICADO SUCESSÓRIO EUROPEU. ANTECEDENTES. ÂMBITO DE APLICAÇÃO E COMPETÊNCIA.	10
1.1.- ANTECEDENTES. A CONVENÇÃO SOBRE A ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL DAS HERANÇAS.	10
1.2.- O LIVRO VERDE SOBRE SUCESSÕES E TESTAMENTOS.	11
1.3.- A PROPOSTA DE REGULAMENTO E SUA APROVAÇÃO.	12
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	13
2.1 TEMPORAL	13
2.2 ESPACIAL	15
2.3 – MATERIAL.....	16
2.3.1. SITUAÇÃO PRÁTICA.....	18
3. COMPETÊNCIA.....	19
3.1. DA COMPETÊNCIA FUNCIONAL.....	19
3.2. A REALIDADE PORTUGUESA.	20
3.3. A REALIDADE PORTUGUESA AUMENTADA OU DA HIPER-REALIDADE.	23
3.4. A DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA INTERNACIONAL PARA A EMISSÃO DO CSE. ..	24
3.5. A VINCULAÇÃO ÀS REGRAS DE COMPETÊNCIA POR PARTE DOS SERVIÇOS DE REGISTO E DOS NOTÁRIOS.	27
CAPÍTULO II – O CERTIFICADO SUCESSÓRIO EUROPEU E OS DOCUMENTOS INTERNOS COM EFEITOS ANÁLOGOS. A ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES PRÁTICAS. EFEITOS. CONCURSO DE DOCUMENTOS.	30
1.1. DA HABILITAÇÃO NOTARIAL DE HERDEIROS E O PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS E REGISTOS	30
1.2.OS DOCUMENTOS COM FINALIDADES ANÁLOGAS EM OUTROS PAÍSES DA EUROPA	34
1.3.A FINALIDADE DO CERTIFICADO SUCESSÓRIO EUROPEU. PROBLEMAS E DIFICULDADES	38
1.4. A EFICÁCIA DO CERTIFICADO SUCESSÓRIO EUROPEU	40
2. OS PRINCIPAIS EFEITOS DO CSE.....	42
2.1 TÍTULO PARA REGISTO DE FACTOS A ELE SUJEITOS.	43
3. O CONCURSO DE DOCUMENTOS	45
CAPÍTULO III – O REGISTO E PARTILHA DE INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O CSE	47
1.1. O REGISTO DAS HABILITAÇÕES DE HERDEIROS.....	47

<i>1.2. A CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO DE PLATAFORMAS DE REGISTO DE TESTAMENTOS E DE CERTIFICADOS SUCESSÓRIOS EUROPEUS.</i>	48
<i>1.3. Os REGISTOS CENTRAIS EM PORTUGAL.</i>	49
<i>1.4. A SITUAÇÃO AO NÍVEL EUROPEU</i>	50
CONCLUSÕES	52
BIBLIOGRAFIA	54

A crescente mobilidade das pessoas no espaço europeu sem fronteiras, o estabelecimento de relações familiares entre nacionais de Estados-Membros diferentes ou entre nacionais de Estados-Membros e de Estados Terceiros, entre residentes e não residentes, a aquisição de bens situados em diferentes territórios de diferentes países densificam o já complexo fenómeno sucessório¹ e traduzem uma nova realidade social, híper-complexa, democrática e plural, como efeito da globalização moderna.

Segundo informação da Comissão Europeia há, por cada ano, 450.000 sucessões transfronteiriças abertas na União Europeia que traduzem um valor económico associado superior a 120 biliões de euros.²

O Regulamento (UE) n.º650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de julho de 2012 relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu, doravante, Regulamento das Sucessões, configura um novo marco na criação do projeto europeu, concretizando, assim, uma solução ambicionada, há já muito tempo, pela Comissão Europeia³, no sentido de, com uma crescente uniformização das normas de Direito Internacional Privado⁴, minimizar os conflitos de leis e de jurisdições.

¹ Sobre a complexidade do fenómeno sucessório cfr. RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA, “Lições de Direito das Sucessões”, vol. I, 3.ª ed. de 1993, Coimbra Editora, pág. 29.

² In http://ec.europa.eu/justice/civil/family-matters/successions/index_en.htm

³ A adoção de um instrumento europeu em matéria de sucessões constava já das prioridades do Plano de Ação de Viena de 1998. O programa de medidas destinadas a aplicar o princípio do reconhecimento mútuo das decisões em matéria civil e comercial, adotado pelo Conselho e pela Comissão no final de 2000, prevê a elaboração de um instrumento neste domínio. O programa da Haia publicado no Jornal Oficial das Comunidades 12 de 15.1.2001 convidou a Comissão a apresentar um Livro Verde sobre toda a problemática: lei aplicável, competência e reconhecimento, medidas administrativas (certidões de direitos sucessórios e registo de testamentos). Cf. Livro Verde Sucessões e Testamentos Bruxelas, 01.03.2005 COM (2005) 65 final SEC (2005) 270.

⁴ Desde o ano de 2000 vimos assistindo à produção de vários regulamentos contendo normas unificadas de DIP, quer sobre conflitos de jurisdição – **Regulamento Bruxelas I** (Regulamento (CE) n.º44/2001 do Conselho de 22/12/2000, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e execução de decisões em matéria civil e comercial; **Regulamento Bruxelas Ibis** (Regulamento (CE) n.º 1215/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e execução de decisões em matéria civil e comercial; **Regulamento Bruxelas IIbis** (Regulamento (CE) n.º2201/2003 do Conselho de 27/11/2003 relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e que revoga o Regulamento (CE) n.º1347/2000; Mas também sobre conflitos de leis – **Regulamento Roma I** (Regulamento (CE) n.º593/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17/06/2008, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais; - **Regulamento Roma II** (Regulamento (CE) n.º864/2007 Parlamento Europeu e do Conselho de

Na verdade, as orientações políticas da Comissão Europeia para o período 2009-2014 acentuaram a necessidade de reforçar as ligações entre os cidadãos da União Europeia e, para o efeito, tornar tangível o edifício legislativo europeu.

Ainda em dezembro de 2009, o Conselho da Europa adotou o “Programa de Estocolmo – Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja o cidadão⁵”.

A cidadania e a proteção dos direitos fundamentais constituíram o cerne deste programa que estabeleceu os critérios essenciais para a criação de um espaço de segurança, liberdade e justiça.

Reconheceu-se, assim, a necessidade de criar condições para a uniformização da lei aplicável, para o reconhecimento e execução das decisões, para a aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e para a criação de um Certificado Sucessório Europeu, doravante CSE, dada a importância crescente de matérias como as sucessões e os testamentos para os cidadãos europeus, sem desconsiderar os ordenamentos jurídicos de cada um dos Estados-Membros e a ordem pública.

Este movimento é revelador da preocupação do legislador europeu em criar um “Direito Comum” a todos os Estados-Membros.⁶

Na verdade, a livre circulação das pessoas fica necessariamente limitada quando as normas chamadas a regular determinada sucessão variam, por exemplo, em função da nacionalidade de cada um dos interessados ou da situação dos bens.

Para além do exposto, como decorre do considerando 67 do Regulamento das Sucessões, para que as sucessões com incidência transfronteiriça na União sejam decididas de forma célere, fácil e eficaz, o herdeiro, o legatário, o executor do

11/07/2007, sobre a lei aplicável às obrigações extracontratuais; - **Regulamento n.º 1250/2010 do Conselho de 20/12/2010**, que cria uma cooperação reforçada no domínio da lei aplicável em matéria de divórcio e separação judicial; E ainda sobre conflitos de leis e jurisdição – **Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho de 18/12/2008**, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares; **Regulamento (UE) 2016/1103 do Conselho de 24/06/2016**, que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução em matéria de regimes matrimoniais.

⁵ 2010/C 115/01 Jornal Oficial C115 de 4 de maio de 2010.

⁶ Para mais desenvolvimento cf., Pinheiro, Luís de Lima *in* “Um Direito Internacional Privado Comum?” – Texto revisto da comunicação apresentada no Congresso Internacional “25 Anos da União Europeia-25 anos de Instituto Europeu”, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em novembro de 2011.

testamento ou o administrador da herança deverão poder provar facilmente a sua qualidade e/ou os seus direitos e poderes noutro Estado-Membro, por exemplo o Estado-Membro onde se situam os bens da herança e sem necessidade de reconhecimento mútuo dos instrumentos nacionais com efeitos análogos. Para o efeito, o Regulamento das Sucessões, prevê a criação de um certificado uniforme, o Certificado Sucessório Europeu.

Neste quadro, o CSE, objeto do presente estudo, surge como um pilar fundamental no tratamento das sucessões transfronteiriças no âmbito do regulamento. Será uma espécie de “via verde”⁷ dos herdeiros na Europa.

A afirmação dos objetivos do legislador europeu só será possível se os cidadãos tiverem ao seu dispor um instrumento jurídico, uniformizado, que permita a determinação da qualidade de herdeiro, legatário, executor do testamento ou do administrador da herança e que produza os seus efeitos num Estado-Membro diferente daquele que o emitiu, respeitando, contudo, o princípio da subsidiariedade, pelo que não substituirá os documentos internos que possam existir para fins semelhantes em cada um dos Estados-Membros.

A regulamentação deste novo instrumento é bastante extensa e está dispersa por onze artigos, do art.º 62.º ao 73.º que compõem o capítulo VI do Regulamento das Sucessões e tratam do respetivo regime, nomeadamente a criação do Certificado Sucessório Europeu, a sua finalidade, a competência para a emissão, o procedimento para o pedido, a qualificação do pedido, a emissão do certificado, o respetivo conteúdo e efeitos e ainda o regime de retificação, suspensão ou anulação do certificado.

O Regulamento das Sucessões contém ainda seis considerandos, do 67 ao 72, que tratam, diretamente, do Certificado Sucessório Europeu.

Já em relação à aceitação dos atos autênticos, o Regulamento das Sucessões só prevê dois artigos, o art.º 59.º e 60.º, o que não deixa de ser relevante para uma análise comparativa entre o certificado sucessório europeu e os documentos autênticos internos com efeitos análogos, como por exemplo, a habilitação notarial de herdeiros.

⁷ Designação inspirada na ideia de “Passaporte” introduzida por I.A. VIDAL in “EL certificado sucessório europeu”. Wolters Kluwer, 2015, p.67

Capítulo I – A instituição do certificado sucessório europeu. Antecedentes. Âmbito de Aplicação e Competência.

1.1.- Antecedentes. A Convenção sobre a Administração Internacional das Heranças.

A Convenção da Haia, de 2 de outubro de 1973, surge como a primeira convenção sobre a administração internacional das sucessões onde se prevê a criação, logo no artigo 1.º do Capítulo I, de um certificado internacional⁸. O referido certificado destina-se a indicar as pessoas habilitadas a administrar determinada herança e os respetivos poderes. De salientar, contudo, que aqueles poderes estavam limitados ao tratamento dos bens móveis ainda que, e sob condição de reconhecimento por parte do Estado recetor, pudesse contemplar todos os bens que integrassem a herança. Com carácter geral o certificado será emitido pela autoridade competente do Estado da residência habitual do falecido e com recurso à própria lei interna.

Prevê-se ainda o reconhecimento mútuo em todos os Estados contratantes, sem que se possa exigir qualquer procedimento de legalização, mas admite-se a possibilidade de subordinar o reconhecimento do certificado à decisão de uma autoridade no seguimento de um processo rápido ou a simples publicidade. Confere-se uma forte proteção a terceiros ao dispor-se que, quando qualquer pessoa pague ou entregue bens ao titular de um certificado ou tenha adquirido bens sucessórios do titular de um certificado passado presume-se que entregou ou adquiriu a pessoa com poderes de aquisição e ou disposição, exceto se se provar má-fé.

No entanto, para além das limitações decorrentes do próprio regime da Convenção, nomeadamente a possibilidade de cada um dos países poder desencadear um processo de reconhecimento do certificado, o número reduzido de Estados (Portugal, República Checa e Eslováquia)⁹ que ratificou a Convenção constitui, por si só, um obstáculo à afirmação deste instrumento internacional.

⁸ Conferência da Haia de Direito Internacional Privado : Decreto n.º 734/75 de 23 de dezembro que aprova a ratificação da Convenção sobre a Administração Internacional de Heranças.

⁹ <https://www.hcch.net/fr/instruments/conventions/status-table/?cid=83>

1.2.- O Livro Verde sobre Sucessões e Testamentos.

O plano de ação do Conselho e da Comissão de 3 de dezembro de 1998 sobre a forma de aplicação das disposições do Tratado de Amesterdão estabeleceu como prioridade a necessidade de adaptar normas que permitissem resolver os problemas suscitados pela coexistência, em diferentes Estados-Membros, de leis e ordenamentos jurídicos distintos. No mesmo plano deu-se especial relevância ao direito das sucessões como um dos principais âmbitos de atuação e estabeleceu-se um prazo de cinco anos para fazer-se um estudo sobre a viabilidade de um instrumento jurídico que contemplasse a lei aplicável o reconhecimento e execução de sentenças relativas aos regimes matrimoniais e às sucessões.

Com o programa da Haia de 4 de novembro de 2004 sobre o reforço da liberdade, segurança e justiça na União Europeia, o Conselho Europeu desafiou a Comissão Europeia a apresentar, durante o ano de 2005, um livro verde sobre o conflito de leis em matéria de sucessões, nomeadamente questões de competência, reconhecimento mútuo e execução de decisões, a criação de uma “certidão de herdeiros” e ainda a criação de um mecanismo que permitisse a troca de informações e o conhecimento seguro sobre a existência de testamentos e disposições de última vontade outorgados na União Europeia.

No seguimento dos referidos plano de ação e programa de reforço a Comissão publicou o Livro Verde sobre Sucessões e Testamentos, COM (2005) 65 final de 1 de março de 2005. Com este instrumento de consulta abordaram-se os principais problemas e entraves que uma sucessão com carácter transfronteiriço pode levantar e avançaram-se ideias como o registo europeu de testamentos e a criação de uma “certidão europeia de direitos sucessórios” como formas de minimizar os problemas práticos e administrativos que o tratamento de uma sucessão transfronteiriça, inevitavelmente, levantaria. Do ponto 5 do Livro Verde resulta a grande preocupação da Comissão com a diversidade de formas de provar a qualidade de herdeiro consoante os sistemas jurídicos. Notou-se, como essencial, a possibilidade dos herdeiros poderem estabelecer os seus direitos a fim de entrarem na posse dos bens que herdaram sem terem de dar início a qualquer procedimento, pelo que se concluiu pela necessidade de criar regras harmonizadas de conflitos de leis que viessem a permitir a emissão de uma certidão de efeitos uniformes em todos os Estados participantes.

Nesse sentido, o Livro Verde apresentou questões muito concretas, desde logo, quanto aos administradores da herança:

Pergunta 30: *Será necessário criar um certificado que ateste a designação dos administradores e que descreva os seus poderes? Que pessoa ou autoridade deverá ser encarregada da emissão desse certificado? Qual deveria ser o seu conteúdo?*

Mas também quanto às condições de emissão da “certidão europeia de direitos sucessórios”, o seu conteúdo e consequências:

Pergunta 33: *Que efeitos poderá produzir a certidão?*

Pergunta 34: *Que menção deve comportar a certidão?*

Pergunta 35: *Em que Estado-Membro deve ser emitida? É necessário deixar a cada Estado-Membro a livre escolha das autoridades competentes para emitir a certidão ou, tendo em conta o conteúdo e as funções da certidão, é necessário fixar certos critérios?*

Também o registo dos testamentos, como forma de possibilitar o conhecimento da sua existência, em especial quando feitos no estrangeiro, mereceu a atenção da Comissão. O ponto 6 do Livro Verde apresentou duas questões neste domínio. Por um lado, se seria necessário a criação de um sistema de registo dos testamentos em todos os Estados-Membros e se o mesmo deveria ser centralizado. Por outro lado, quais as modalidades de registo que deveriam estar previstas de forma a facilitar o acesso aos elementos nacionais do sistema de registo ou a um registo centralizado por parte dos herdeiros presumidos e das autoridades competentes (incluindo a partir do seu próprio Estado-Membro).

1.3.- A proposta de Regulamento e sua aprovação.

Partindo destes elementos, foi constituído um grupo de trabalho integrado por especialistas em questões patrimoniais no âmbito do casamento e outras formas de união, bem como em questões sucessórias.¹⁰ O grupo denominado “PRM III/IV” foi constituído pela Comissão em 1 de março de 2006 e elaborou a proposta de

¹⁰ http://ec.europa.eu/civiljustice/news/archive/mandat_groupe_final_en.pdf

Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões e à aceitação dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um certificado sucessório europeu, publicada em 14 de outubro de 2009.^{11 12}

Todo o procedimento culminou com o parecer do Parlamento Europeu, de 13 de março de 2012, após a primeira leitura, com a aprovação do Conselho de 7 de junho de 2012 após a primeira leitura e com a assinatura pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em 4 de julho de 2012 aprovando-se, assim, o Regulamento (UE) n.º650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de julho de 2012 relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu (DO L201, de 27 de julho de 2012), que nos termos do artigo 83.º, n.º1 é aplicável à sucessão de pessoas falecidas em 17 de agosto de 2015 ou após essa data.

Para a aplicação correta do regulamento foram apresentados vários formulários no Regulamento de Execução (UE) n.º1329/2014 da Comissão de 9 de dezembro de 2014 que prevê os formulários indicados no Regulamento (UE) n.º650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de julho de 2012 relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu (DO L359 de 16 de dezembro de 2014).

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

2.1 Temporal

O regime previsto para o Certificado Sucessório Europeu, doravante CSE, é aplicável, genericamente, à sucessão de pessoas falecidas em 17 de agosto de 2015 ou em data ulterior¹³, apesar do Regulamento sobre as sucessões se encontrar em vigor desde 16 de agosto de 2012.

¹¹ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0154:FIN:PT:PDF>

¹² <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=URISERV:l16017>

¹³ *Vid.* Art.º 83, n.º1 com exceção dos art.ºs 77.º e 78.º aplicáveis a partir de 16 de janeiro de 2014 e dos art.º 79.º, 80.º e 81.º aplicáveis a partir de 5 de julho de 2012.

No entanto, determinados atos, ainda que praticados antes de 17 de agosto de 2015, têm a sua validade salvaguardada por força do Regulamento. Tal desiderato é alcançado através de dois métodos¹⁴: a consagração de conexões alternativas promotoras da validade dos atos e a consagração de uma escolha de lei presumida. As normas transitórias do art.º 83.º do Regulamento consubstanciam uma ideia de *favor negotii* admitindo-se, assim, por exemplo, a validade da escolha da lei aplicável mesmo que feita em momento anterior a 17 de agosto de 2015. E será assim desde que aquela escolha seja feita em conformidade com as regras previstas no capítulo III do Regulamento ou se for válida em face das regras de direito internacional privado em vigor no momento em que a escolha foi feita, no Estado em que o falecido tinha residência habitual ou em qualquer dos Estados de que era nacional.

Por sua vez, nos termos do art.º 83.º, n.º3 do Regulamento, a disposição por morte efetuada antes de 17 de agosto de 2015 é válida quanto ao mérito e à forma se respeitar as normas de conflitos do Regulamento ou se for admissível e válida quanto ao mérito e à forma em aplicação das regras de direito internacional privado em vigor no momento em que a escolha foi feita, no Estado em que o falecido tinha residência habitual ou em qualquer dos Estados de que era nacional ou do Estado-Membro da autoridade que trate da sucessão.^{15 16}

Por outro lado, nos termos do art.º83.º, n.º4, do Regulamento sempre que o autor da herança tenha feito uma disposição por morte antes de 17 de agosto de 2015 nos termos da lei que pudesse ter escolhido por força da aplicação do Regulamento presume-se que essa lei foi escolhida como lei aplicável.

¹⁴ Cf. neste sentido, João Gomes de Almeida, Apontamentos sobre o novo direito de conflitos sucessório *In Revista do Centro de Estudos Judiciários 2014 II*

¹⁵ Para ilustrar o funcionamento destas normas, cf. o exemplo de João Gomes de Almeida, Apontamentos sobre o novo direito de conflitos sucessório *In Revista do Centro de Estudos Judiciários 2014 II*, p.29: “um cidadão Belga com residência habitual em Portugal efetua em 2014 uma escolha da lei portuguesa para regular toda a sua sucessão. Admitindo que se coloca perante os Tribunais portugueses a questão de saber se esta escolha é válida, haverá que analisar a validade da mesma face às normas de conflito do Regulamento, que não admitem a escolha da lei portuguesa; face ao direito de conflitos sucessório português vigente em 2014, que não admitia a escolha da lei aplicável à sucessão por morte; e face ao direito de conflitos belga vigente em 2014, o qual expressamente admitia a escolha da lei da residência habitual como lei aplicável à sucessão por morte. Sendo a escolha de lei válida segundo o direito internacional belga, o juiz português, por força do n.º3 do artigo 83.º do Regulamento sobre as sucessões deveria, neste exemplo, considerar válida a escolha de lei efetuada e aplicar a lei material portuguesa à sucessão.

¹⁶ Para mais desenvolvimento cf. A. Bonomi, P.Wautelet, *Le droit européen des successions. Commentaire du règlement n 650/2012 du 4 juillet 2012*, Bruylant 2013, p.334

Em qualquer dos casos, o regime previsto no art.º 83.º do Regulamento só permite a aplicação das suas normas a sucessões de pessoas que tenham falecido em 17 de agosto de 2015 ou ulteriormente.

2.2 Espacial

Espacialmente o Regulamento aplica-se apenas às situações transnacionais, ou seja, aquelas que manifestem pontos de contacto relevantes com mais de um ordenamento jurídico e aplica-se para determinar a competência internacional de cada um dos órgãos dos Estados-Membros participantes¹⁷. Ainda, e à semelhança do que acontece com o reconhecimento, executoriedade e execução das decisões e dos atos autênticos também se aplica quando o CSE tenha sido emitido num Estado-Membro para ser utilizado noutro Estado-Membro participante.¹⁸

Quanto à lei aplicável o Regulamento afirma a sua vocação universal ao determinar no art.º 20.º que é aplicável a lei designada pelo Regulamento, mesmo que não seja a lei de um Estado-Membro.

Os elementos de conexão internacional podem verificar-se quer no momento da abertura da sucessão, quer no momento da escolha de lei, por força do regime da *professio iuris* previsto no art.º22.º do Regulamento ou da eleição no âmbito de uma disposição por morte ou pacto sucessório, nos termos dos art.º24.º, n.º2 e 25.º, n.º3 do Regulamento. Assim, uma sucessão que não apresente características de internacionalidade à data da sua abertura poderá ser classificada como transfronteiriça caso, à data da eleição da lei aplicável, aquelas conexões internacionais existissem¹⁹.

¹⁷ Não é aplicável à Dinamarca, por força dos artigos 1.º e 2.º do protocolo n.º22 anexo ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nem ao Reino Unido e Irlanda por força dos artigos 1.º e 2.º do protocolo n.º21 também anexo ao referido tratado, sem prejuízo quanto a estes últimos, da eventualidade de notificarem a sua intenção de *opt in*. Cfr. Helena Mota, “A autonomia conflitual e o reenvio no âmbito do Regulamento UE n.º650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de julho de 2012”, Revista Eletrónica de Direito (RED) da FDUP, 2014.

¹⁸ Cf. neste sentido, Pilar Rodriguez Mateos, *in* Revista Electrónica de Estudios Internacionales (REEI), ISSN-e 1697-5197, n.º27, 2014, p.6.

¹⁹ Cf. neste sentido, MARINHO Carlos M.G. de Melo – Sucessões Europeias – O novo regime sucessório europeu – Quid Juris (novembro 2015), p.22

O art.º 1.º, n.º1 do Regulamento determina que o mesmo é aplicável às sucessões por morte, definindo, desde logo, no art.º 3.º o conceito de sucessão como “(...) abrangendo qualquer forma de transferência de bens, direitos e obrigações por morte, quer se trate de um ato voluntário de transferência ao abrigo de uma disposição por morte, quer de uma transferência por sucessão sem testamento. Do considerando 9 do Regulamento das Sucessões resulta que o mesmo deverá abranger todas as questões de direito civil da sucessão por morte, ou seja, todas as formas de transferência de bens, direitos e obrigações por morte, independentemente de se tratar de um ato voluntário de transferência ao abrigo de uma disposição por morte, ou de uma transferência por sucessão *ab intestato*.

O referido art.º 1.º, n.º 1 determina que o Regulamento não é aplicável às matérias fiscais, aduaneiras e administrativas. E o n.º2 do mesmo artigo exclui matérias como o estado das pessoas singulares, a capacidade jurídica, as questões relacionadas com a ausência ou morte presumida, a obrigação de alimentos, regimes matrimoniais e patrimoniais, a validade formal de disposições por morte feitas oralmente; os direitos e os bens criados ou transferidos fora do âmbito da sucessão, tais como liberalidades, as questões regidas pelo direito das sociedades, a dissolução, extinção e fusão de sociedades; a criação, administração e dissolução de *trust*; a natureza dos direitos reais e os requisitos legais para a inscrição num registo de direitos sobre um bem imóvel ou móvel e os efeitos da inscrição ou não inscrição desses direitos num registo.

Algumas destas exclusões justificam-se, ou porque contemplam matérias que já são tratadas por outros instrumentos jurídicos da União Europeia, como é o caso do Regulamento sobre obrigações alimentares, ou porque ainda não mereceram regulação por parte do legislador europeu, como é o caso do estado das pessoas singulares e dos *trusts*.²⁰²¹²²

²⁰ Cf. neste sentido, João Gomes de Almeida *in* Apontamentos sobre o novo direito de conflitos sucessório *In Revista do Centro de Estudos Judiciários 2014 II – O mesmo autor avança com um exemplo prático que ilustra a necessidade de articulação com o âmbito da lei reguladora da sucessão* “(...) A e B são cidadãos espanhóis, ambos com residência habitual em Portugal. A falece intestado no dia 25 de agosto de 2015. B alega ser filho de A. Tem B direito a suceder? Esta questão deve ser subdividida em duas: os filhos de A são herdeiros? A esta questão responde a lei reguladora da sucessão, designada de acordo com as normas de conflitos do Regulamento sobre sucessões. Admitindo que o autor da sucessão não escolheu a lei aplicável, a resposta é dada pelo direito material português. Questão diferente-e prévia- é determinar se B é filho de A. A resposta a esta questão está excluída do âmbito de

O âmbito de aplicação do certificado sucessório europeu coincidirá, necessariamente, com o âmbito de aplicação do próprio regulamento²³ e portanto aplicar-se-á às sucessões transfronteiriças o que nos permitirá concluir pela impossibilidade de utilização do certificado no ordenamento jurídico interno.

Importa assim determinar o que deverá entender-se por sucessão transfronteiriça na esteira do regulamento para podermos concluir qual o âmbito de aplicação do CSE.

Uma sucessão internacional ou com incidência transfronteiriça será aquela que tem ponto de contacto com dois ou mais Estados. E esta demanda de diversos ordenamentos jurídicos pode ter, na sua origem, nomeadamente, a pessoa do autor da herança, dos herdeiros, dos legatários, do administrador da herança ou testamenteiro, a localização dos bens, a natureza dos direitos e obrigações que integram o património hereditário. E, portanto, o elemento internacionalidade tem de estar presente pois pressupõe uma sucessão com incidência transfronteiriça.

Como já referimos, do considerando 67, resulta que para o tratamento célere das sucessões com incidência transfronteiriça, o herdeiro, o legatário, o executor testamentário ou o administrador da herança deverão poder provar a sua qualidade e/ou seus direitos e poderes noutro Estado-Membro, pelo que o regulamento deverá prever, para o efeito, a criação de um certificado uniforme que será emitido para fins de utilização noutro Estado-Membro devendo, contudo, respeitar o princípio da

aplicação material, devendo do órgão jurisdicional do foro aplicar as suas outras normas de conflitos vigentes(...)”

²¹ Sobre matérias excluídas do âmbito de aplicação do Regulamento das Sucessões, cf. POPESCU DAN ANDREI - Guide on international private law in successions matters http://www.uniuneanotarilor.ro/files/2015/Guide_on_intern_private_law_succ_matters_EN.pdf, p.9

²² Como adverte Anabela Susana de Sousa Gonçalves *in* As linhas gerais do Regulamento Europeu sobre as Sucessões *in* Cadernos de Direito Privado, n.º52, p.6, esta exclusão deve der entendida restritivamente como visando apenas as regras relativas ao funcionamento do *trust*.

²³ Segundo o considerando 82 do regulamento, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Protocolo n.º22 relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda em relação ao Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, estes Estados – Membros não participam na adoção do regulamento, sem prejuízo de estes países notificarem a sua intenção de aceitar o regulamento após a sua adoção nos termos do artigo 4.º do referido protocolo. Ainda de acordo com o considerando 83 também a Dinamarca não participa na adoção do regulamento, não ficando por ele vinculada nem sujeita à sua aplicação.

Assim, nos indicados países, as questões relacionadas com sucessões de carácter transfronteiriço continuarão a ser resolvidas com apelo às normas de direito internacional privado de cada um dos países e que dão eco do sistema fracionado da sucessão, ora aplicando a lei do domicílio para os bens móveis, ora aplicando a *lex rei sitae* para os bens imóveis. Nesta medida, o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca são considerados como Estados terceiros ou Estados não membros para efeitos do regulamento.

Todavia e dada a vocação universal do regulamento nada impede que as autoridades de qualquer Estado Membro o possam aplicar à sucessão de um cidadão do Reino Unido, Irlanda ou Dinamarca ou que aí tenha residência habitual.

subsidiariedade não substituindo, portanto, os documentos internos que possam existir para fins semelhantes nos Estados Membros.

Ora, de acordo com o artigo 62.º, n.º1 do Regulamento das Sucessões, o certificado há-de ser expedido para produzir efeitos num outro Estado-Membro afirmando, assim, a sua vocação de estraneidade.

Da mesma forma que o Regulamento das Sucessões não terá aplicação a sucessões sem carácter transfronteiriço, também o certificado não será suscetível de utilização em fenómenos sucessórios que não reúnam aquelas características, pelo que fora do âmbito de aplicação territorial do Regulamento das Sucessões será cada Estado a determinar o alcance e efeitos do certificado no respetivo ordenamento jurídico que poderão coincidir ou não com os previstos no artigo 69.º do Regulamento²⁴.

No entanto, convém referir que no âmbito do CSE, o critério da internacionalidade é mais restrito do que o usado, por exemplo, para a lei aplicável, pois depende da existência de pontos de contacto com dois ou mais Estados-Membros. Na verdade, ao contrário do que acontece com o critério para determinação da lei aplicável, que por força da vocação universal do regulamento das sucessões, aceita como elemento de internacionalidade um ponto de contacto com um Estado terceiro ou que a lei aplicável seja a de um Estado terceiro, a legitimidade para a emissão do CSE está dependente de pontos de contacto com dois ou mais Estados-Membros participantes²⁵.

2.3.1. Situação prática.

Para ilustrar o que vimos dizendo sobre a competência internacional para a emissão do CSE vamos imaginar que A de nacionalidade francesa pede ao notário francês que emita um CSE por óbito do pai, B que trabalhava em Portugal, não tendo contudo aí residência habitual, mas onde A suspeita que o pai tivesse uma conta bancária, apesar de não ter qualquer elemento que comprovasse aquela suspeita. Poderá o notário francês emitir o CSE?

²⁴ Neste sentido, POPESCU DAN ANDREI - Guide on international private law in successions matters http://www.uniuneanotarilor.ro/files/2015/Guide_on_intern_private_law_succ_matters_EN.pdf, nota (249) p.103

²⁵ Cf. neste sentido, BONOMI et P. WAUTELET, Le droit européen des successions – commentaries du Règlement n.º 650/2012 du 4 juillet 2012, Bruxelles, Bruylant, 2013 p.708.

A resposta a esta pergunta tenderá a ser negativa, pois o notário francês não tem qualquer elemento que lhe permita concluir de forma segura a conexão com mais de um Estado-Membro.

Mas, a prova daquele facto pode estar dependente de um documento que ateste junto da entidade bancária que A é herdeiro de B para que o banco disponibilize o acesso à informação, neste caso, a existência da conta bancária. Por outro lado não se vislumbra no regulamento a obrigatoriedade do interessado na emissão do CSE de provar a existência de um elemento transfronteiriço.

Assim deve a entidade emissora, em função da informação que tem disponível, fazer um exercício que lhe permita concluir com segurança que o autor da herança tinha um elemento de conexão com outro Estado-Membro. De outra forma corre-se o risco de estar a emitir CSE para uma sucessão interna o que parece não ser possível em face do regulamento.

3. *COMPETÊNCIA*

3.1. Da competência funcional

O art.º 2.º do Regulamento afirma o princípio da neutralidade relativamente à determinação das autoridades competentes, em cada um dos Estados-Membros, para tratar matérias sucessórias e mais concretamente, para a emissão do certificado. Na verdade, resulta do art.º 78.º, n.º1 c),²⁶ que até 16 de novembro de 2014 os Estados-Membros deveriam comunicar à Comissão Europeia, as informações pertinentes sobre as autoridades competentes para emitir o certificado nos termos do artigo 64.º.

Por sua vez, dispõe aquele art.º 64.º que a autoridade emissora deve ser um “órgão jurisdicional”, tal como definido no art.º 3.º, n.º2, isto é, os tribunais e as outras autoridades e profissionais do direito competentes em matéria sucessória que exerçam funções jurisdicionais ou ajam no exercício de uma delegação de poderes conferida por um tribunal ou sob o controlo deste, desde que essas autoridades e profissionais do direito ofereçam garantias no que respeita à sua imparcialidade e ao direito de todas as partes a serem ouvidas, e desde que as suas decisões nos termos da lei do Estado-

²⁶ Redação com retificação publicada no J.O. L 60/140 de 02.03.2013.

Membro onde estão estabelecidos possam ser objeto de recurso perante um tribunal ou de controlo por este e tenham força e efeitos equivalentes aos de uma decisão de um tribunal na mesma matéria.

Aquela competência pode ainda resultar de um acordo de eleição do foro realizado entre os interessados; da situação dos bens da herança (quando, no momento do óbito, a residência habitual do *de cujus* não esteja situada num Estado-Membro); da necessidade, quando nenhum órgão jurisdicional de um Estado-Membro seja competente e a ação não possa ser intentada ou prosseguida num Estado terceiro.

O regulamento define a competência internacional dos órgãos jurisdicionais dos Estados Membros em matérias de sucessões. E, como princípio geral, atribui aquela competência aos “órgãos jurisdicionais” do Estado-Membro do país da residência habitual, conforme dispõe o artigo 4.º

3.2. A realidade portuguesa.

No ordenamento jurídico português o legislador terá optado por atribuir aos serviços de registo com vocação para os procedimentos simplificados de sucessão hereditária previstos nos artigos 210.º-A a 210.ºR do Código do Registo Civil, a competência para a emissão do Certificado Sucessório Europeu²⁷. Solução que merece algumas críticas.

Na verdade, em Portugal, os cartórios notariais, têm competência própria para, por via de escritura pública, conhecer processos de habilitações de herdeiros, de habilitação de legatários e de partilhas.

Hoje, por força do novo Regime Jurídico do Processo de Inventário²⁸, os cartórios notariais são ainda competentes, através do indicado processo, para dar resposta e pôr fim à comunhão hereditária ou, não carecendo de se realizar partilha, a

²⁷ É o que parece resultar do Decreto -Lei n.º201/2015, de 17 de setembro que aprova o modelo de contabilidade dos serviços de registo e do notariado e que introduz, como se pode ler no preâmbulo “pequenos ajustamentos ao Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, aprovado pelo Decreto – Lei n.º322-A/2001 de 14 de dezembro, em benefício do utente, e para acolher a tributação dos atos associados à emissão do Certificado Sucessório Europeu, pela entidade portuguesa competente – os conservadores – no quadro do Regulamento (UE) n.º650/2012, do Parlamento e do Conselho, de 4 de julho de 2012, aplicável às sucessões de pessoas falecidas a partir de 17 de agosto de 2015.

²⁸ Lei n.º23/2013 de 5 de março

relacionar os bens que constituem objeto de sucessão e a servir de base à eventual liquidação dos bens da herança, mesmo que os interessados não estejam de acordo.²⁹

Transferiu-se, assim, para os cartórios notariais, por opção política³⁰, num quadro crescente de desjudicialização, o processo especial de inventário, tal como estava previsto e regulamentado no Código do Processo Civil.

Também os serviços de registo, com a entrada em vigor do DL 324/2007, de 28.09, têm competência no âmbito de procedimentos simplificados de sucessão hereditária previstos nos artigos 210.º-A a 210.º-R do Código do Registo Civil, nomeadamente de habilitação de herdeiros e partilhas, muito embora a competência material dos senhores conservadores de registo civil esteja limitada a processos em que as partes estejam de acordo.

Parece ter sido opção do legislador português atribuir esta competência funcional aos referidos serviços de registo³¹, enquanto entidade com protagonismo em matéria sucessória, cujos atos podem ser sindicados pela autoridade judicial e cujas decisões terão efeitos análogos aos das decisões judiciais sobre a mesma matéria.

Ficarão, assim, como tentaremos demonstrar adiante, os serviços de registo integrados no conceito de órgão jurisdicional para os efeitos previstos no art.º 3.º, n.º2 do regulamento³².

Questiona-se a opção do legislador nacional. Por um lado, e a respeito das autoridades com competências em matérias sucessórias, o considerando 70 do Regulamento das Sucessões menciona, expressamente, os notários, reconhecendo o especial protagonismo que a função notarial tem vindo a desempenhar em questões

²⁹ Cf. Art.º 1.º da Lei n.º23/2013, de 5 de março que aprova o regime jurídico do processo de inventário, altera o Código Civil, o Código do Registo Predial, o Código do Registo Civil e o Código do Processo Civil.

³⁰ Para mais desenvolvimento sobre a opção política cf. a Exposição de motivos da Proposta de Lei 105/XII acessível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=37329>

³¹ Para além da Finlândia onde também os serviços de registo são competentes para a emissão do certificado e da Suécia onde são os serviços de impostos em todos os demais Estados - Membros da União Europeia aquela função compete aos juízes ou notários.

³² Não é contudo este o entendimento do Conselho Consultivo do Instituto dos Registos e do Notariado, pelo menos relativamente às regras de determinação de competência. Cf. P.º C.P. 31/2015 STJ-CC de 24/07/2015 sobre os Reflexos do REGULAMENTO (UE) n.º 650/2012 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 4 de julho de 2012, na titulação em matéria sucessória, publicado em <http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/doutrina/pareceres/predial/2015/45-cc>
[2015/downloadFile/file/45_2015_C_P_31-2015_STJ-CC.pdf?nocache=1438796565.54](http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/doutrina/pareceres/predial/2015/45-cc)

relacionadas com o direito das sucessões, em grande parte do Estados Membros da União Europeia. Por outro lado, parece ter havido, por parte do legislador nacional, falta de perspetiva de sistema uma vez que, hoje, no ordenamento jurídico português, são os notários que conhecem, em exclusivo, o processo de inventário.³³E, nessa medida, os cartórios notariais detêm a informação relevante para, a cada passo, anunciar quem são os herdeiros, legatários, o cabeça de casal ou o testamenteiro, em determinado processo.

De referir ainda que, em 10 de outubro de 1973, Portugal assinou a Convenção sobre a Administração Internacional de Heranças aprovada para ratificação pelo Decreto n.º734/75 e publicada no Diário da República I, n.º295 de 23/12/1975. E, no momento de depósito do instrumento de ratificação, Portugal formulou, entre outras, as seguintes declarações: “ Nos termos do artigo 37.º, parágrafos 1.º, 2.º e 3.º: 1) para efeito do artigo 5.º e parágrafo 1.º do artigo 6.º, as autoridades portuguesas designadas em Portugal são, para o primeiro caso, o Procurador-Geral da República e, para o segundo caso, o juiz do respetivo processo, quando tiver sido instaurado inventário, ou, em caso negativo para os notários”.

Ou seja, nos termos da convenção, entre outras informações a prestar e previstas no artigo 37.º, cada Estado Contratante deveria comunicar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, ao depositar o instrumento de ratificação, aceitação, de aprovação ou adesão, qual a autoridade judiciária ou administrativa competente para passar o certificado.

Temos portanto o notário, nos termos do artigo 6.º da referida convenção, como a única autoridade competente para passar o certificado, uma vez que, pelo que já dissemos, também o processo de inventário é tramitado, hoje, nos cartórios notariais.

Este elemento histórico terá sido também desconsiderado pelo legislador nacional ao olvidar o papel dos notários portugueses na afirmação do novo CSE.

³³ Em Itália, a lei n.º161 de 30 de outubro de 2014 designou o notário como a entidade competente para a emissão do certificado, assim como nos Países Baixos através da Lei de 5 de novembro de 2014 para a aplicação do Regulamento das Sucessões. Dos demais Estados Membros já há notícia de que a competência para a emissão do certificado será dos notários na Estónia, França, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Roménia e dos juízes, na Alemanha, Áustria, Chipre, Eslovénia e Grécia

3.3. A realidade portuguesa aumentada ou da hiper-realidade.

É verdade que, no âmbito do dever de notificação previsto no art.º 78.³⁴ do Regulamento das Sucessões, as autoridades portuguesas informaram que, em Portugal, para além do conservador com competência em matéria de processos de sucessão, das conservatórias do registo civil, predial e comercial, todas nos termos dos art.ºs 17.º e 18.º do DL 324/2007, também os “notários afetos” nos termos dos art.ºs 17.º e 18.º do DL 324/2007, de 28/09 são competentes para a emissão do certificado sucessório europeu.³⁵³⁶

No entanto, o indicado diploma legal refere-se aos “notários”³⁷ que foram integrados na função pública depois da reforma do notariado, mas que, não estando inscritos na Ordem dos Notários, não têm competência para a tramitação do novo regime jurídico do processo de inventário, facto que por si mesmo poderá comprometer a celeridade e certeza que se pretende imprimir no certificado³⁸. Na verdade, muitas das informações que devem ser comprovadas pelo CSE, nomeadamente, a qualidade e/ou direitos de cada herdeiro ou legatário, as respetivas quotas-partes na herança, a

³⁴ Depois de algumas correções (JOUE L344 de 14 de dezembro de 2012 e JOUE L60 de 2 de março de 2013 ficou fixada a data de 16 de novembro de 2014 como prazo limite para que os Estados-Membros comunicassem à Comissão Europeia quais as entidades competentes para a emissão do certificado.

³⁵ <https://ejustice.europa.eu/resultManagement.do?stext=certificado+sucessorio+europeu&itext=certificado+sucessorio+europeu&sco=any&slang=any&spage=25&slmo=anytime&sopitio=c.n.a.&showPage=1&hval=5bdcd1c83f898491002ac840b2d81b60> – consulta em 17/03/2016.

³⁶ Transcrevem-se aqui as conclusões do parecer do Conselho Consultivo do Instituto dos Registos e do Notariado de 10/05/2011 no âmbito do processo C.C.75/2011 SJC-CT: “O notário afecto a conservatória do registo civil tem competência própria para a prática de quaisquer actos e processos de registo civil, incluindo os de exclusiva competência (art.ºs 109.º e 110.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro).. O notário afecto tem competência para decidir processos de divórcio e de separação de pessoas e bens por mútuo consentimento, bem como proceder à partilha do património conjugal e aos procedimentos simplificados de sucessão hereditária, desde que tenha sido afecto a conservatória do registo civil ou, não sendo o caso, desde que o presidente do IRN, I.P., ao abrigo do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 324/2007, de 28 de Setembro, tenha atribuído competência para a prática de actos e processos de registo civil.”

³⁷ Solução que contraria a o Estatuto do Notariado aprovado pelo DL. N.º26/2004/ de 4.02 e alterado pela Lei n.º51/2004 de 29.10, DL. N.º15/2011 de 25.01 e Lei n.º155/2015 de 15.09, nomeadamente quanto ao art.º 2.º onde se afirma que: “No território da República Portuguesa há uma classe única de notários”.

³⁸ Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º26/2004, de 4 de fevereiro procedeu-se à reforma do notariado alterando o seu estatuto, passando do regime da função pública para o regime de profissão liberal. No âmbito da reforma estabeleceu-se um período transitório de dois anos, durante o qual coexistiriam notários públicos e privados, estes na dupla condição de oficial público e profissional liberal, no termo do qual só este último sistema vigoraria. Do referido diploma legal resulta ainda que durante o período transitório de dois anos, os notários teriam de optar pelo modelo privado ou em alternativa, manter o vínculo à função pública, sendo, neste caso, integrados em conservatórias de registo. A verdade é que mantemo-nos, ainda hoje e decorridos 12 anos, em período transitório, sendo que os diferentes executivos têm negligenciado o cumprimento da lei permitindo, assim, a coexistência de dois “tipos” de notários com estatutos completamente distintos. Situação ímpar no Mundo e que dificulta a perceção de “quem é quem” e “quem faz o quê”, nomeadamente no âmbito do CSE.

atribuição de um bem ou de bens determinados que façam parte da herança ao herdeiro ou ao legatário e a certificação dos poderes de determinada pessoa para executar o testamento ou administrar a herança estão hoje concentradas nos Cartórios Notariais, por força da competência especial para a realização de testamentos, instrumentos de aprovação, depósito ou abertura de testamentos cerrados ou internacionais, escrituras públicas de revogação de testamentos e de renúncia ou repúdio de herança ou legado, habilitações notariais de herdeiros e também pelo conhecimento, em exclusivo, do Regime Jurídico do Processo de Inventário.

Aquela opção obrigará à criação de um sistema de troca de informações entre os cartórios notariais e as conservatórias de registo que permita de uma forma simples, rápida e segura a partilha de dados entre as duas instituições. Sabemos que a concretização de um programa deste género implica, para além dos custos associados ao desenvolvimento, acompanhamento e gestão de uma plataforma informática de raiz, uma série de reticências relativamente à proteção dos dados pessoais armazenados em cada uma das instituições envolvidas.

No entanto, um sistema integrado de informação dos registos e notariado, uma vez implementado, consubstanciará uma espécie de “Linha Dedicada” no acesso à informação contida naqueles serviços e tornará necessariamente mais célere a emissão do Certificado Sucessório Europeu.

3.4. A determinação da competência internacional para a emissão do CSE.

Podemos problematizar aqui, ainda que de forma breve, algumas questões de determinação de competência internacional para a emissão do CSE.

Por força do art.º 64.º do regulamento, o certificado é emitido no Estado-Membro cujos órgãos jurisdicionais sejam competentes por força dos artigos 4.º, 7.º, 10.º ou 11.º, pelo que a definição da competência internacional para a emissão do CSE é feita por remição para as regras de definição da competência internacional dos tribunais³⁹ e outras autoridades.

Nestes termos, a entidade emissora terá sempre de fazer um exercício de qualificação relativamente à determinação da sua competência internacional. Tanto

³⁹ Cf. U. Bergquist, R. Frimston, D. Damscelli, P. Lagarde, F. Odersky, B. Renhartz, *Commentaire du règlement européen sur les successions*, Dalloz, 2015, p.225

assim é que o formulário V (anexo 5) do Regulamento de Execução (UE) n.º1329/2014 da Comissão de 9 de dezembro de 2014 prevê no campo 4 a fundamentação da competência da autoridade emissora.

Assim, como princípio geral, o Regulamento das Sucessões determina, no art.º 4.º, que serão os órgãos jurisdicionais do Estado-Membro em que o falecido tinha a residência habitual no momento do óbito que são competentes para decidir do conjunto da sucessão. Dos artigos seguintes resulta que a competência internacional poderá ainda resultar, nomeadamente, de um acordo de eleição de foro; da situação dos bens da herança e da necessidade;

Tendo em consideração o princípio da internacionalidade parece ser de excluir, desde logo, a competência residual⁴⁰ prevista no art.º 10.º, n.º2 do Regulamento, pois se concluirmos que a entidade competente para emitir o CSE é a do Estado-Membro onde se encontrem os bens, porque o autor da herança não tinha residência habitual num Estado-Membro, nem a nacionalidade de um dos Estado-Membro onde se encontram os bens da herança, nem teve a residência habitual anterior nesse Estado-Membro, então não se vislumbra, neste caso, a possibilidade de contacto com mais de que um Estado-Membro, pelo que está comprometida a competência internacional da entidade emitente por força da violação do princípio da internacionalidade⁴¹.

Mas, também o art.º 10.º, n.º 1 do Regulamento, ao definir a existência de bens em território de um EM do qual o falecido seja nacional, como primeiro critério para determinar a competência residual, pode colocar um problema de concurso de competência. Por exemplo, um cidadão com nacionalidade portuguesa e francesa com bens em Portugal e França⁴². As autoridades de ambos os países seriam competentes para a emissão do CSE, o que poderá levantar até problemas de litispendência, que poderiam ser resolvidos apelando à norma do art.º 17.º do Regulamento, apesar da ausência de remição expressa. Ou seja, no caso de dois pedidos de emissão de um CSE, com o mesmo conteúdo, a entidade onde foi requerido em segundo lugar suspenderá oficiosamente o procedimento até que se conclua pela competência da primeira

⁴⁰ Ou “ultra-residual” nas palavras de MARINHO Carlos M.G. de Melo – *in* Sucessões Europeias – O novo regime sucessório europeu – Quid Juris (novembro 2015) p.49.

⁴¹ Neste sentido cf. A. VIDAL – EL certificado sucessório europeu. Wolters Kluwer, 2015 p.113.

⁴² Se o problema de qualificação se colocasse em Portugal seria a nacionalidade portuguesa a relevante para questão, nos termos do art.º 27.º da Lei da Nacionalidade (Lei 37/81 de 3 de outubro).

entidade. Estabelecida a competência do órgão onde foi requerido o CSE em primeiro lugar deverá a segunda entidade declarar-se incompetente a favor daquele.

Já o art.º 7.º revela um problema acrescido pois não é o autor da herança que determina qual a entidade competente para a emissão do CSE. É ele que escolhe a lei aplicável e depois são as partes que através de acordo podem determinar que são os órgãos jurisdicionais do EM cuja lei tenha sido escolhida pelo autor da herança, que têm competência para decidir do conjunto da sucessão. Ora normalmente o CSE é pedido antes da propositura da ação, pelo que neste caso, qual será a entidade competente? Provavelmente só um acordo de eleição de órgão competente para a emissão do CSE resolveria o problema.

Os demais casos serão solucionados fazendo apelo à regra geral do art.º 4.º que em si mesma contém um grande problema de delimitação ou concretização do conceito de residência habitual como fator de “conexão geral”^{43 44}. Ao silêncio do Regulamento das Sucessões sobre a definição do conceito residência habitual para efeitos de Direito da União Europeia não será estranho o facto de se tratar de um conceito que assenta na noção de domicílio que concentra em si uma disparidade de abordagens técnicas, culturais e de regime jurídico, nomeadamente quando confrontamos os sistemas continentais com sistemas anglo-saxónicos⁴⁵.

No entanto, é este o mecanismo que dá maiores garantias de coincidência entre o foro e a lei aplicável. Na verdade, como se retira do considerando 23, foi face à mobilidade crescente dos cidadãos e à necessidade de assegurar a boa administração da justiça na União que o legislador entendeu fixar o facto residência habitual como forma

⁴³ Para uma aproximação ao conceito de residência habitual, cf. ROHOVÁ Iveta e DRLICKOVÁ Klára, *Habitual residence as a single connecting factor under the succession regulation* em: <http://ase-scoop.org/journals/jLawAndPolitics/papersLaw/9.Rohova.pdf>

⁴⁴ Do memorando relativo à exposição de motivos sobre o regulamento resulta que a residência habitual coincidirá com o centro de interesses do autor da herança e muitas vezes com o local onde a maior parte dos bens imóveis estão localizados. Segundo aquele memorando o fator de conexão residência habitual é mais favorável à integração e evita discriminações em relação a residentes que não tenham a nacionalidade do país onde residem. Cf. [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com\(2009\)0154_/com_com\(2009\)0154_en.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com(2009)0154_/com_com(2009)0154_en.pdf). Resulta ainda do considerando 23 do regulamento que a fim de determinar a residência habitual a autoridade que trata da sucessão deverá proceder a uma avaliação global das circunstâncias da vida do falecido durante os anos anteriores ao óbito e no momento do óbito, tendo em conta todos os elementos factuais pertinentes, em particular a duração e a regularidade da permanência do falecido no Estado em causa, bem como as condições e as razões dessa permanência. A residência habitual assim determinada deverá revelar uma relação estreita e estável com o Estado em causa.

⁴⁵ Neste sentido cf. MARINHO Carlos M.G. de Melo *in* Textos de Cooperação Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial, Coimbra, Coimbra Editora, p. 75, nota 17.

de garantir uma real conexão entre a sucessão e o Estado-Membro em que a competência é exercida⁴⁶.

3.5. A vinculação às regras de competência por parte dos serviços de registo e dos notários.

Do considerando 20 do Regulamento da Sucessões resulta que o mesmo deve respeitar os diferentes sistemas em aplicação nos Estados-Membros para tratar de matérias sucessórias e que o termo “órgão jurisdicional” deverá ser interpretado em sentido lato, de modo a abranger não só os tribunais, que exercem funções jurisdicionais, mas também os notários ou conservatórias que, em alguns Estados-Membros, em certas matérias sucessórias, exercem funções jurisdicionais como se de tribunais se tratasse. Determina-se ainda que todos os órgãos jurisdicionais na aceção do Regulamento deverão ficar vinculados às regras de competência ali definidas. Inversamente, o termo “órgão jurisdicional” não deverá abranger as autoridades não judiciais de um Estado-Membro competentes, nos termos do direito nacional, para tratar matérias sucessórias, tais como os notários que, na maior parte dos Estados-Membros não exercem habitualmente funções jurisdicionais.

Coloca-se assim a questão de saber se os serviços de registo com atribuições no âmbito dos procedimentos simplificados de sucessão hereditária estão ou não vinculados pelas regras de competência previstas no Regulamento. O Conselho Consultivo do Instituto dos Registos e Notariado⁴⁷ pronunciou-se no sentido negativo alegando, sumariamente, que resulta claramente do considerando 36⁴⁸ que as autoridades não judiciais, nomeadamente notários e os serviços de registo, precisamente por não exercerem funções jurisdicionais, não estão sujeitas às referidas regras de competência.

⁴⁶ Sobre as vantagens e inconvenientes do elemento de conexão “residência habitual” v. A.BONOMI et P. WAUTELET, *Le droit européen des successions – commentaries du Règlement n.º 650/2012 du 4 juillet 2012*, Bruxelles, Bruylant, 2013, p. 285-288

⁴⁷ Cf. P.º C.P. 31/2015 STJ-CC de 24/07/2015 sobre os Reflexos do REGULAMENTO (UE) n.º 650/2012 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 4 de julho de 2012, na titulação em matéria sucessória, publicado em http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/doutrina/pareceres/predial/2015/45-cc-2015/downloadFile/file/45_2015_C_P_31-2015_STJ-CC.pdf?nocache=1438796565.54.

⁴⁸ Considerando 36: Atendendo a que nalguns Estados-Membros as matérias sucessórias podem ser tratadas por autoridades não judiciais, como os notários, que não estão vinculadas pelas regras de competência previstas no presente regulamento, não se pode excluir que se iniciem paralelamente em diferentes Estados-Membros, relativamente à mesma sucessão, uma resolução por via amigável e extrajudicial e uma ação judicial, ou duas resoluções por via amigável e extrajudicial. Nesse caso, deverá caber às partes envolvidas, uma vez tendo tomado conhecimento da existência de procedimentos paralelos, chegar a acordo entre si sobre a via a seguir. Se não puderem chegar a acordo, a sucessão terá de ser tratada e decidida pelos órgãos jurisdicionais competentes nos termos do presente regulamento.

Do mesmo parecer resulta ainda, no entanto, que se os atos dos notários forem abrangidos pelo termo “órgão jurisdicional” na aceção do Regulamento, nomeadamente dos considerandos 20 e 21⁴⁹, então deverão ficar vinculados às regras de competência, tal como os Tribunais.

Ora parece-nos que, nos termos artigo 3.º, n.º 2 do Regulamento, para que uma autoridade ou profissional de direito que não seja um tribunal possa ser considerado “órgão jurisdicional” tem de respeitar os seguintes requisitos: 1) exercer funções jurisdicionais ou agir no exercício de uma delegação de poderes conferida por um tribunal ou agir sob o controlo de um tribunal; 2) oferecer garantias no que respeita à imparcialidade e ao direito de todas as partes serem ouvidas; 3) as suas decisões serem suscetíveis de recurso perante um tribunal e terem força e efeitos equivalentes aos de uma decisão de um tribunal na mesma matéria.

Para se considerar uma decisão proferida por notário como uma decisão emitida por um “órgão jurisdicional” é necessário que o notário possa ser enquadrado numa das três hipóteses do primeiro requisito. Ora, os notários não atuam, em nenhum dos seus atos, ao abrigo de uma delegação de poderes dos tribunais. No entanto, por força do Regime Jurídico do Processo de Inventário, aprovado pela Lei n.º23/2013 de 5 de março, temos hoje os notários a exercerem verdadeiras funções jurisdicionais⁵⁰. Na verdade, no âmbito do referido processo, o notário, decide incidentes, aprecia prova testemunhal, aplica sanções, pelo que as suas decisões podem ser abrangidas pelo

⁴⁹ Considerando 20: O presente regulamento deverá respeitar os diferentes sistemas em aplicação nos Estados-Membros para tratar de matérias sucessórias. Para efeitos do presente regulamento, o termo «órgão jurisdicional» deverá, por conseguinte, ser interpretado em sentido lato, de modo a abranger não só os tribunais na verdadeira aceção do termo, que exercem funções jurisdicionais, mas também os notários ou as conservatórias que, em alguns Estados-Membros, em certas matérias sucessórias, exercem funções jurisdicionais como se de tribunais se tratasse, e os notários e profissionais do direito que, em determinados Estados-Membros, exercem funções jurisdicionais no âmbito de uma determinada sucessão por delegação de poderes de um tribunal. Todos os órgãos jurisdicionais na aceção do presente regulamento deverão ficar vinculados às regras de competência definidas no presente regulamento. Inversamente, o termo «órgão jurisdicional» não deverá abranger as autoridades não judiciais de um Estado-Membro competentes nos termos do direito nacional para tratar matérias sucessórias, tais como os notários que, na maior parte dos Estados-Membros, não exercem habitualmente funções jurisdicionais. Considerando 21: O presente regulamento deverá permitir que todos os notários que tenham competência em matéria sucessória nos Estados-Membros exerçam essa competência. A questão de saber se os notários de um dado Estado-Membro ficam ou não vinculados às regras de competência definidas no presente regulamento deverá depender do facto de estarem abrangidos, ou não, pelo termo «órgão jurisdicional» na aceção do presente regulamento.

⁵⁰ Filipe César Vilarinho Marques põe em causa a constitucionalidade desta conclusão por entender que estaríamos perante uma violação do princípio da reserva de jurisdição consagrado no art.º202.º da Constituição da República Portuguesa cf.

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_guia_pratico_do_novo_processo_de_inventario_2_edicao.pdf.

Regulamento das Sucessões e não restarão dúvidas que no domínio do processo de inventário as regras de competência vinculam os notários⁵¹.

Mas atribuída a competência funcional aos notários portugueses para a emissão do CSE estariam ainda assim vinculados às regras de competência ou deveríamos concluir nos termos do referido parecer do Conselho Consultivo do Instituto dos Registos e Notariado?

Não acompanhamos a posição do Conselho Consultivo do Instituto dos Registos e do Notariado.

De acordo com o referido considerando 21 a vinculação dos notários de um Estado-Membro às regras de competência dependerá do facto daqueles estarem contidos no conceito de “tribunal” ou órgão jurisdicional estabelecido no Regulamento das Sucessões. E como já dissemos o art.º 64.º do Regulamento determina, quanto à competência para a emissão do CSE, a aplicação das regras de competência dos artigos 4.º, 7.º, 10.º e 11.º, independentemente da autoridade que tenha sido designada por cada um dos Estados-Membros para a emissão do CSE.

Na verdade, as regras de competência aplicáveis ao processo de emissão do Certificado Sucessório Europeu, quando a entidade designada o tenha sido nos termos do art.º 64.º do Regulamento, serão as regras do Regulamento e não outras, exerça ou não aquela entidade funções jurisdicionais, para efeitos do ordenamento jurídico interno.

Assim, nos termos do artigo 64.º do Regulamento, uma vez atribuída a competência para a emissão do CSE, e independentemente do exercício de funções jurisdicionais, no direito interno, por parte da entidade eleita, ficará a mesma vinculada às regras de competência previstas no Regulamento⁵²: *Ubi lex non distinguit, nec nos distinguere debemus*.

⁵¹ Neste sentido, cf. anotação ao art.º 3.º da Lei 23/2013 de 5 de março *in* Regime Jurídico do Processo de Inventário anotado – Carla Câmara-Carlos Castelo Branco-João Correia-Sérgio Castanheira- Almedina 2013

⁵² Neste sentido, cf., I.A. VIDAL – EL certificado sucessório europeu. Wolters Kluwer, 2015, p.115

1.1. Da habilitação notarial de herdeiros e o procedimento simplificado de habilitação de herdeiros e registos

Resulta do art.º 2024.º do Código Civil que a sucessão consiste no chamamento de uma ou mais pessoas à titularidade das relações jurídicas patrimoniais de uma pessoa falecida e a consequente devolução dos bens que a este pertenciam.

A prova dos sucessores do autor da herança é feita por habilitação judicial, como incidente processual, ou por habilitação notarial, como escritura pública ou ainda em sede de processo de inventário. O referido DL 324/2007 de 28.09 veio permitir também às conservatórias do registo civil a titulação da habilitação de herdeiros no âmbito do procedimento simplificado de habilitação de herdeiros e registo.

A habilitação, é uma declaração feita pelo cabeça de casal ou por três declarantes⁵³ no sentido de serem os habilitandos os herdeiros do falecido e de que não há quem lhes prefira na sucessão ou quem concorra com eles. Por um lado, confirmam-se os dados que resultam das certidões de registo civil, nomeadamente a filiação e a avoenga, por outro, obtém-se a declaração de factos que não são suscetíveis de prova documental, nomeadamente que não há outros herdeiros que possam preferir ou concorrer a determinada herança⁵⁴.

Diríamos que a habilitação de herdeiros tem três papéis fundamentais. O primeiro será o de prevenir litígios através de uma declaração cuja solenidade convida à devida ponderação de quem a produz e ainda à recolha de elementos que, de forma certa e segura, provem a qualidade jurídica de determinados sujeitos no âmbito de uma sucessão. O segundo, o facto de dotar os herdeiros de um instrumento que os legitime a ordenar e praticar atos de administração sobre o património do autor da herança. Por fim, mas não menos importante, funciona como ato preparatório da partilha, pelo que deverá conter todos os elementos que permitam a correta determinação da posição

⁵³ Esta hipótese alternativa é admissível no âmbito de uma escritura pública. Já no procedimento simplificado de habilitação junto das conservatórias só o cabeça-de-casal, seu representante legal ou mandatário têm legitimidade para promover o procedimento, pelo que estará aqui afastada a intervenção de três declarantes. Cf. art.º 83.º do Código do Notariado e art.º 210.ºB do Código do Registo Civil.

⁵⁴ Quando os habilitandos integrem a primeira classe de sucessíveis será despendida a afirmação de que não quem lhes prefira, devendo a declaração limitar-se à indicação de que não há quem com eles concorra à sucessão.

relativa de cada um dos herdeiros e o cálculo do respetivo quinhão hereditário. Elementos como a pré-morte ou o repúdio serão sempre considerados como fundamento do direito de representação. Assim como a substituição direta, o direito de acrescer e a alienação de quinhão hereditário. Ainda na sucessão de irmãos deverá ter-se especial cuidado em apurar e consignar se são germanos, consanguíneos ou uterinos, pois nos termos do art.º 2146.º do CC o quinhão dos primeiros é igual ao dobro do dos segundos quando com eles concorram. Este exercício é de extrema importância, por exemplo, para o cumprimento de uma das finalidades do CSE que, nos termos do artigo 63.º, n.º2 a), do Regulamento das Sucessões é precisamente o de mencionar as quotas-partes de cada herdeiro na herança.

Nos termos do art.º 86.º do Código do Notariado, a habilitação notarial de herdeiros tem os mesmos efeitos da habilitação judicial e é título bastante para legitimar os herdeiros e o cônjuge meeiro a proceder levantamento de dinheiro e outros valores, averbamentos a títulos de crédito, averbamentos de transmissão de direitos de propriedade literária, artística, científica ou industrial, registos nas conservatórias do registo predial, comercial e da propriedade automóvel.

Convém, contudo, lembrar que apesar da escritura notarial de habilitação de herdeiros ser um documento autêntico, o notário que a exarou não garante a veracidade nem a eficácia das declarações que lhe foram feitas, pelo que os atos e declarações que o notário atesta como tendo sido praticados, emitidos ou prestados perante ele terão o valor jurídico que lhes competir, podendo ser impugnadas pelos interessados, nos termos gerais de direito.

Ora, o certificado sucessório europeu não substitui os documentos internos dos diferentes Estados-Membros para fins análogos, como resulta do art.º 62, n.º3 do Regulamento. Aliás o n.º2 daquele mesmo artigo afirma que o recurso ao certificado não tem carácter obrigatório e só será emitido a instância do requerente que deve ser um herdeiro ou um legatário que tenha direitos na sucessão ou pelo executor testamentário ou administrador da herança que necessite de invocar noutro Estado-Membro a sua qualidade ou exercer os seus direitos⁵⁵.

⁵⁵ Para mais desenvolvimentos cf., I.A. VIDAL – EL certificado sucessório europeu. Wolters Kluwer, 2015 – O carácter não obrigatório do certificado sucessório europeu, p58.

Cada uma daquelas pessoas poderá optar por lançar mão de um documento interno com efeitos análogos ao certificado sucessório europeu. Este documento interno (decisão, ato autêntico, transação judicial) produz plenos efeitos no Estado de origem, mas também no Estado de destino. Contudo, ao contrário do que acontece para o CSE, o ato autêntico estrangeiro e as decisões estrangeiras podem estar sujeitas ao controlo da conformidade com a ordem pública internacional, nos termos do art.º 59.º, n.º1 e 40.º a) ambos do Regulamento.

Por sua vez, o certificado sucessório europeu produzirá os efeitos probatórios e de proteção a terceiros de boa-fé, previstos no art.º 69.º do Regulamento no Estado emitente e no Estado-Participante de destino, pelo que, como resulta do considerando 69, nenhuma autoridade ou pessoa à qual seja apresentado um certificado emitido noutro Estado-Membro deverá poder solicitar que lhe seja apresentado, em vez dele, uma decisão, um ato autêntico ou uma transação judicial. Não está também sujeito a qualquer mecanismo de reconhecimento ou controlo prévio, nem de competência, nem de conformidade com a ordem pública internacional. Só a autoridade emissora tem poderes de suspensão ou retificação do certificado.

Na verdade, o certificado produzirá os seus efeitos em todos os Estados-Participantes, sem necessidade de recurso a qualquer procedimento.

E produz os efeitos próprios do CSE previstos no art.º 69.º do Regulamento das Sucessões. Efeitos probatórios, porquanto beneficia da presunção de que comprova, com exatidão, os elementos estabelecidos nos termos da lei aplicável à sucessão, nomeadamente que a pessoa mencionada no certificado como herdeiro, legatário, executor testamentário ou administrador da herança tem a qualidade ali mencionada. Efeitos de proteção de terceiros de boa-fé, porque nos termos do art.º 69, n.º3 do Regulamento das Sucessões, o terceiro que entregue um bem ou proceda a um pagamento àquele que está mencionado no certificado como habilitado para receber o bem ou o pagamento beneficia da proteção do terceiro de boa-fé.

Da mesma forma, se alguém adquirir uma bem a uma pessoa indicada no CSE como habilitada para dele dispor não pode ser prejudicada se mais tarde se vier a

concluir que o certificado não continha informação exata e o alienante não tinha legitimidade para atuar.

De notar, no entanto, que o Regulamento não deve determinar se a aquisição de bens por terceiro é ou não efetiva, pelo que o considerando 71 revela um lapso na sua parte final o que pode ser verificado apelando às versões francesa, inglesa e espanhola do mesmo⁵⁶.

Perante este cenário e apesar do carácter não obrigatório do CSE há já quem avance o sucesso deste instrumento legal como chave mestra do sistema legal europeu da sucessão *mortis causa*⁵⁷. Na verdade, o Regulamento Europeu das Sucessões, apresenta-se como o instrumento jurídico capaz de harmonizar as regras de Direito Internacional Privado como nenhum outro, nomeadamente os Regulamentos Roma I⁵⁸, Roma II⁵⁹ e o regulamento sobre separação e divórcio⁶⁰, terá conseguido até à presente data⁶¹ até porque estes só se referem à lei aplicável, muito embora devam ser coordenados com os Regulamentos Bruxelas *Ibis e Iibis*.

Também é certo que, quer o Regulamento sobre as obrigações alimentares, quer o recente Regulamento sobre regimes matrimoniais⁶² contêm regras sobre competência, reconhecimento e execução, mas pela natureza das matérias a qua se aplicam não terão reclamado um instrumento como o CSE.

⁵⁶ (...) O presente regulamento deverá determinar se essa aquisição de bens por um terceiro é ou não efetiva; (...) Il n'appartient pas au présent règlement de déterminer si l'acquisition de ce bien par un tiers est effective ou non; (...) Whether or not such an acquisition of property by a third person is effective should not be determined by this Regulation; (...) El presente Reglamento no debe determinar si dicha adquisición de bienes por una tercera persona es efectiva o no; (...).

⁵⁷ A. Devaux “The European Regulations on Successions of July 2012: A Path Towards the End of Succession Conflicts of Law in Europe, or not?” http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2230663

⁵⁸ Regulamento (CE) n.º593/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de junho de 2008 sobre a lei aplicável às obrigações contratuais.

⁵⁹ Regulamento (CE) n.º864/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de julho de 2007 sobre a lei aplicável às obrigações extracontratuais.

⁶⁰ Regulamento (UE) n.º1259/2010 do Conselho de 20 de dezembro de 2010 que cria uma cooperação reforçada no domínio da lei aplicável em matéria de divórcio e separação judicial.

⁶¹ Helena Mota, “A autonomia conflitual e o reenvio no âmbito do Regulamento (EU) n.º650/2012 do PE e do Conselho, de 4 de julho de 2012”, Revista Eletrónica de Direito (RED) da FDUP, 2014. “O Regulamento das sucessões é mais ambicioso do que os instrumentos comunitários uniformizadores das regras de DIP que o antecederam: de facto, tanto o Regulamento “Roma I” (obrigações contratuais) quanto o Regulamento “Roma II” (obrigações extra-contratuais) e ainda o Regulamento “Roma III” (separação e divórcio) não incluíam regras de competência e de reconhecimento, limitando-se aos conflitos de leis e à determinação da lei aplicável.

⁶² Regulamento (UE) 2016/1103 do Conselho de 24 de junho de 2016, que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais

Assim, desde de 17 de agosto de 2015, para fazer prova, nomeadamente, da condição de herdeiro noutro Estado-membro, poder-se-á optar pela realização de uma escritura pública de habilitação de herdeiros, junto de um cartório notarial, por um processo simplificado de habilitação de herdeiros ou por um certificado sucessório europeu, estes dois últimos tramitados nos serviços de registo que tenham competência para o efeito.

1.2. Os documentos com finalidades análogas em outros países da Europa

Os diversos ordenamentos jurídicos europeus preveem diferentes instrumentos com a finalidade de provar a qualidade de herdeiro e que, em si mesmos, contêm efeitos também distintos.⁶³

Na verdade, alguns países⁶⁴ reclamam a intervenção de uma autoridade judicial, para a emissão do certificado de herdeiro, como é o caso da Alemanha ou da Grécia, ou até mesmo um processo judicial de determinação dos bens da herança, como é o caso da Áustria. Nestes casos, a certidão judicial é título bastante para a o registo, por inscrição, da aquisição dos bens móveis ou imóveis a ele sujeitos e faz presumir a qualidade de herdeiros.

Na Alemanha, por exemplo, o *erbschein* ou certificado sucessório não tem carácter obrigatório⁶⁵ e é emitido independentemente do autor da herança falecer intestado ou não. Trata –se de um documento judicial expedido pelo tribunal da área do última residência habitual do *de cuius*, no âmbito de um procedimento de jurisdição voluntária e que não tem efeito de caso julgado, pelo que é passível de alteração, retificação ou anulação. Contudo, goza da presunção de certeza quanto aos factos que atesta, protege os terceiros de boa fé e é título bastante para inscrição de aquisição, em comum e sem determinação de parte ou direito, dos bens móveis e imóveis no respetivo registo quando a ele sujeitos.

⁶³ Para uma síntese comparativa dos diversos meios de prova da qualidade de herdeiro nos países da União Europeia- http://ec.europa.eu/civiljustice/publications/docs/testaments_successions_fr.pdf, consulta em 2/04/2016.

⁶⁴ <http://www.successions-europe.eu/>.

⁶⁵ A regulação deste instrumento está prevista no BGN, nos parágrafos 2353 a 2370 https://www.gesetze-im-internet.de/bgb/_2353.html Consulta em 06 de abril de 2016

Já noutros ordenamentos, como a França, a Itália ou a Bélgica⁶⁶, recorre-se ao ato ou certificado de notoriedade, isto é, à declaração solene produzida perante um oficial público e integrada num documento autêntico, com garantias de proteção a terceiros de boa-fé que confiam na veracidade dos factos atestados no ato de notoriedade.

Em França, o artigo 730, n.º 1 do Código Civil⁶⁷, determina que a autoridade com competência exclusiva para a emissão do ato de notoriedade é o notário. Este documento deve atestar a data do óbito do autor da herança e mencionar os documentos justificativos da qualidade de herdeiros, como certidões do registo civil e, eventualmente, escrituras públicas de doações, compras e vendas, convenções antenupciais que possam ser relevantes para a sucessão.

Também neste caso a emissão do ato de notoriedade não está dependente do *de cuius* ter ou não deixado testamento. Trata-se de um ato autêntico que contém a declaração de quem são os titulares do direito aos bens da herança, sem que esse facto, por si só, permita concluir a aceitação da condição de herdeiro.

Goza de presunção *iuris tantum* relativamente aos factos que atesta; assegura a proteção a terceiros de boa fé, mas não é título suficiente para a inscrição no registo predial de direitos adquiridos por força da sucessão.

Nos países de tradição anglo-saxónica ou de *common-law*, como a Inglaterra ou a Irlanda, os herdeiros não ingressam, de forma automática, isto é, a partir da abertura da herança, na propriedade dos bens *do de cuius*. É obrigatória a nomeação, por parte do tribunal, de um administrador ou executor, que tem por missão a liquidação do património hereditário, isto é a determinação dos bens da herança e a sua transmissão aos herdeiros.

Em Inglaterra⁶⁸ o acto de entrega da administração da herança reclama a intervenção judicial para que o administrador da herança, o *personal representative*, fique formalmente investido dos poderes que legitimem a sua intervenção. Esses poderes são conferidos através de um instrumento intitulado *grant of representation*.

⁶⁶ <http://www.successions-europe.eu/Answers.aspx?c=be&l=fr&q=20>

⁶⁷ https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do;jsessionid=A80278E88AFBEEA6DF9E6855FD7709AA.tpdila14v_3?idSectionTA=LEGISCTA000006165514&cidTexte=LEGITEXT000006070721&dateTexte=20160406 Consulta em 06 de abril de 2016

⁶⁸ <https://www.gov.uk/wills-probate-inheritance/overview>

Este mecanismo é sempre necessário independentemente de o autor da herança ter deixado testamento, ou ter falecido intestado. No primeiro caso, e se o testador indicou administrador da herança, a intervenção do tribunal poder-se-á limitar à confirmação da designação feita no testamento. No segundo caso terá de correr um processo de nomeação de um administrador de herança.

Em qualquer dos casos o processo não tem natureza contenciosa.

A designação do representante da herança pode fazer-se a favor de pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda a favor de um *trust*.

O *personal representative* deve zelar não só pelos interesses daqueles que tenham sido chamados à sucessão, mas também pelos interesses de terceiros, nomeadamente os credores da herança e ainda aos interesses de ordem pública, em concreto no que tange ao cumprimento das obrigações fiscais perante a autoridade tributária. O campo de atuação deste representante abrange todos os bens da herança e o seu estatuto permite-lhe atuar como se de proprietário se tratasse podendo, inclusive, dispor ou onerar bens. Claro está que, não obstante, e à semelhança dos herdeiros, também o património deste representante não responde pelas dívidas da herança. No entanto, não deixará de ser responsável pelos danos que causar aos interessados ou a terceiros por força da sua atuação negligente.

Em Espanha, e genericamente quando não haja testamento, o meio próprio para determinar quem são os herdeiros de uma pessoa é a “Acta de Declaración de Herederos Ab Intestato”.⁶⁹ Trata-se de um ato autêntico da competência do notário.

A declaração de herdeiros pode contemplar os descendentes, ascendentes, cônjuge, mas também a pessoa unida em relação análoga à relação conjugal e ainda os parentes colaterais.

O pedido para a realização do ato notarial deve ser feito por quem demonstrar um interesse legítimo, cuja determinação caberá a cada notário.

À semelhança do que acontece no nosso ordenamento jurídico também em Espanha o requerente deve instruir a declaração de herdeiros, com certidão que ateste o

⁶⁹ Cf. artigos 54.º e 55.º da “Ley del Notariado” de 28 de maio de 1862 com a última alteração introduzida pela Lei 15/2015 de 2 de julho.

óbito do autor da herança e com os documentos comprovativos da relação de parentesco do falecido com as pessoas designadas como herdeiras. Deverá ainda confirmar os factos positivos que decorrem daqueles documentos, mas também os factos negativos.

O notário recolhe todos os elementos que lhe permitam suportar as declarações produzidas pelo requerente, promovendo a audiência de qualquer interessado e certificando a identidade, o domicílio, a nacionalidade e, sendo o caso, a lei aplicável⁷⁰. Para o efeito, e na ausência de algum elemento que o requerente não tenha carreado para o processo, o notário deverá solicitar junto das entidades competentes de registo civil e outras autoridades públicas e consulares todas as informações relevantes para o processo. E, no caso de não conseguir averiguar a identidade ou domicílio de algum dos interessados, deve publicar anúncio junto do “Boletín Oficial del Estado”, mas também na Câmara Municipal do último domicílio do autor da herança e no lugar do falecimento, se for diferente, ou no lugar onde se situem a maioria dos bens imóveis, de forma a determinar aqueles elementos.

No que respeita à competência territorial este procedimento configura uma exceção à regra geral consagrada no artigo 3.º do Regulamento Notarial onde se estabelece que, (...” os particulares têm direito a eleger livremente o notário, salvo nos atos ou contratos em que intervenha o Estado, a Província, o Município, ou os estabelecimentos ou entidades que deles dependam...”). Na verdade, e ao contrário do que acontece em Portugal, a competência para tramitar a acta de declaração de herdeiros é do notário com Cartório Notarial no lugar da última residência habitual do falecido, ou do lugar onde aquele tinha a maior parte do património.

Havendo testamento, o procedimento deverá seguir junto de um Tribunal de Primeira Instância. No entanto, mesmo existindo testamento, o notário pode legitimar a sua intervenção sempre que da declaração de herdeiros em que intervém resultar de forma indubitável e por conclusão do próprio notário que, por exemplo, o testamento foi declarado nulo por sentença transitada em julgado, ou é meramente revogatório ou o conteúdo não tem disposições de carácter patrimonial.

Ora, a grande variedade de títulos de legitimação da atuação de herdeiros, legatários, executores testamentários, administradores de herança previstos nas

⁷⁰ Diligência que se justifica por força do carácter plurilegislativo de base territorial do Estado espanhol com as 17 Comunidades e as 2 Cidades Autónomas.

legislações nacionais constitui, sem dúvida, um entrave à tramitação célere de uma sucessão transfronteiriça.

É comum que as diversas entidades que se vejam confrontadas com uma habilitação de herdeiros ou um documento similar, como um *erbschein*, um *acte de notoriété*, um *grant of representaion* ou uma *acta de declaración de herederos ab intestato*, emitido num outro Estado Membro se questionem sobre o valor legal de cada um daqueles instrumentos. E, nessa medida, reclamem um processo de confirmação da qualidade de herdeiro e sua legitimidade conforme o próprio direito do Estado de origem. Esta situação levava a que, frequentemente, os herdeiros se vissem confrontados com a necessidade de começar um novo processo com vista a provar a respetiva qualidade, por exemplo, no país ou países em que estivessem situados os bens do autor da herança, com as delongas e os custos processuais e materiais inerentes.

Problema semelhante para os legatários, executores testamentários ou administradores de herança.

Como já referimos, a solução para os problemas apontados foi já trabalhada com a Convenção da Haia de 1973 sobre a administração internacional das heranças (adotada na 12.^a sessão – Haia, 02.10.1973) prevendo-se ali um certificado internacional que designasse a pessoa encarregada de administrar os bens móveis da sucessão, com a necessária proteção dos terceiros de boa-fé. No entanto, aquela Convenção só foi ratificada por três países⁷¹, Portugal, República Checa e Eslováquia. E, nos termos do n.º2 do art.º 75.º do Regulamento das Sucessões este prevalece, entre os Estados-Membros, sobre as convenções celebradas exclusivamente entre dois ou mais Estados-Membros, na medida em que estas incidam sobre matérias regidas pelo Regulamento.

1.3.A finalidade do certificado sucessório europeu. Problemas e dificuldades

A criação de um instrumento que permitisse a tramitação ágil, rápida e eficiente das sucessões com carácter transfronteiriço sempre foi encarada pelo legislador europeu como condição essencial no sucesso da afirmação do novo Regulamento das Sucessões.⁷²

⁷¹ <https://www.hcch.net/fr/instruments/conventions/status-table/?cid=83>, consultada em 2/04/2016

⁷² Cf. considerando 67 do Regulamento das Sucessões.

Com efeito, de acordo com o art.º 63.º, n.º2, o certificado poderá ser utilizado como meio de prova da qualidade dos herdeiros, dos seus direitos, definindo o quinhão de cada um ou, tratando-se de legatários, afirmando também essa condição e identificando os bens objeto de legado, ou indicando a pessoa do testamenteiro ou ainda determinando a quem cabe o exercício de funções de cabeça de casal enquanto administrador da herança.

O artigo mencionado não apresenta uma enumeração exaustiva, pelo que o certificado poderá conter prova de um ou mais elementos a que se refere o artigo 63.º, n.º2, do Regulamento das Sucessões, isto é, a qualidade e/ou direitos de cada herdeiro ou legatário e as respetivas quotas-partes da herança; a atribuição de um bem ou bens determinados que façam parte da herança a um herdeiro ou legatário; os poderes do executor testamentário e/ou do administrador da herança.

Mas, nos termos dos artigos 68.º e 65.º n.º3, ao determinar-se o conteúdo do certificado e ao definir-se as informações que devem ser carreadas pelo requerente estará a alargar-se o âmbito de certificação ao elenco de informações levadas ao conhecimento da entidade emissora, pois serão estas informações imprescindíveis para a emissão do próprio certificado, na medida dos factos que o requerente pretenda ver atestados.

No entanto, o Regulamento das Sucessões limita a utilização do certificado às pessoas que tenham interesse direto na sucessão, isto é, herdeiros, legatários, executores testamentários ou administradores de herança que necessitem, estes últimos, de invocar a sua qualidade, e aqueles, herdeiros e legatários, os seus direitos, noutro Estado-Membro.

Assim, e a montante, tentamos uma aproximação à noção de cada uma daquelas figuras. Começando pelo estatuto de herdeiro e por força dos diversos sistemas de direito sucessório que convivem nos diferentes ordenamentos jurídicos, aquela qualidade pode ser adquirida, desde logo, com o decesso do autor da herança. Neste caso, o certificado poderá ser usado por quem tenha a certeza do falecimento e do chamamento à sucessão, por força da lei ou por testamento. Já nos ordenamentos jurídicos que façam depender a aquisição da qualidade de herdeiro de um ato de aceitação da herança é necessária prova também deste facto.

Poder-se-á dizer que o herdeiro/requerente do certificado sucessório europeu estará, ao pedir a emissão do certificado, a renunciar à possibilidade de repudiar a herança ou a aceitar tacitamente a herança.

Relativamente aos legatários, o art.º 63.º, n.º1, refere-se àqueles que tenham direitos na sucessão. Caberá à lei aplicável à sucessão determinar o conceito de legatário com direito na sucessão. O Código Civil português no art.º 2030.º define legatário como aquele que sucede em bens ou valores determinados e portanto, também aqui, aquela qualidade deverá estar estabelecida como condição prévia à emissão do próprio certificado.

Quanto à administração da herança e à figura do executor testamentário, para além de países como a Áustria, Hungria ou República Checa, em que a sucessão é acompanhada por um representante judicial, nomeado pelo Tribunal competente e sob o controlo deste, temos os sistemas de direito anglo-saxónico que preveem um terceiro intermediário cuja principal missão é a de fixar o património líquido da herança e proceder à respetiva distribuição, pelos herdeiros e demais beneficiários. O art.º 29.º do Regulamento das sucessões prevê de forma pormenorizada o papel do administrador da herança.

1.4. A eficácia do certificado sucessório europeu

Aqui chegados e reconhecendo já o papel fundamental do CSE como chave mestra na afirmação do Regulamento das Sucessões a verdade é que o legislador europeu não demonstrou a preocupação de estabelecer um conceito para caracterizar a sua natureza jurídica concentrando-se, sobretudo, nos seus efeitos.

Nos termos do art.º 69.º, n.º5, do Regulamento das Sucessões o CSE é um documento válido para a inscrição de bens da sucessão no registo competente de um Estado-membro e, portanto, deve conter em si mesmo força probatória dos factos que titula para inscrição em registos públicos.

Por outro lado, resulta do art.º 67.º, n.º1 do Regulamento das Sucessões que a autoridade emissora utilizará o formulário estabelecido de acordo com o mecanismo de consulta ou controlo pelos Estados-Membros no exercício das competências de execução pela Comissão.

Aquele documento surge como formulário V no âmbito do Regulamento de Execução (EU) N.º 1329/2014 da Comissão de 9 de dezembro de 2016 que estabelece os formulários referidos no Regulamento de Sucessões.

O Regulamento das Sucessões vai-nos dando resposta sobre a definição de outros documentos ali previstos, como por exemplo, decisão judicial, transação judicial, documentos autênticos.

Assim, do art.º 3.º resulta que “decisão judicial” será qualquer decisão em matéria de sucessões proferida por um órgão jurisdicional de um Estado-Membro, independentemente da designação que lhe é dada, incluindo uma decisão sobre a fixação pelo secretário do órgão jurisdicional do montante das custas do processo.

“Transação judicial”, uma transação em matéria sucessória homologada por um tribunal ou celebrada perante um tribunal no decurso de uma ação.

“Ato autêntico”, um documento em matéria sucessória que tenha sido formalmente redigido ou registado como tal num Estado Membro e cuja autenticidade i) esteja associada à assinatura e ao conteúdo do ato autêntico, e ii) tenha sido atestada por uma autoridade pública ou outra autoridade habilitada para o efeitos pelo Estado-Membro de origem.

Já no Livro Verde sobre sucessões e testamentos⁷³, mais concretamente no ponto 5, levantaram-se algumas questões quanto às condições de emissão, conteúdo e consequências do certificado. Reconheceu-se a necessidade de obter um meio de prova da qualidade de herdeiro que, sob a harmonização das regras de conflitos de leis, permitisse a exequibilidade de uma certidão em todos os países da União Europeia, mas nada se adiantou quanto à natureza jurídica do documento.

Ora, independentemente da conclusão a que chegemos, não restam dúvidas que há uma base comum de confiança entre os Estados-Membros que adotaram o Regulamento que permite quer a livre circulação dos atos autênticos, quer a instituição do certificado sucessório europeu. Este último, conforme resulta do considerando 70 não tem natureza executiva, sendo que a sua função é estritamente probatória.

⁷³ Comissão das comunidades europeias, Bruxelas, 1.03.2005 COM(2005) 65 final.

Será então um documento facultativo, na medida em que não substitui outros documentos existentes nos Estados-Membros para produzir efeitos semelhantes.

Tem como função nuclear demonstrar, num contexto sucessório transfronteiriço, um determinado estatuto, poderes e atribuição de um determinado património ao indivíduo nele identificado. Está sujeito ao princípio do pedido, isto é, a autoridade com competência para a emissão do certificado só o faz a requerimento de quem demonstre um interesse legítimo. A emissão ocorre no âmbito de um quadro pré-definido, mais concretamente através do formulário V do anexo 5 do Regulamento, conforme previsto no art.º 67.º, n.º1. Tem carácter europeu, pois circula livremente em qualquer Estado-Membro e não necessita de nenhum processo de reconhecimento para a respetiva validação.

2. OS PRINCIPAIS EFEITOS DO CSE

O CSE goza da presunção de fidedignidade, exatidão e autenticidade e garante que a pessoa indicada como herdeiro, legatário, executor testamentário ou administrador da herança tem a qualidade mencionada no certificado e/ou é titular dos direitos ou poderes indicados no certificado e que não estão associadas a esses direitos ou poderes outras condições e/ou restrições para além das referidas no certificado, como resulta do art.º 69.º, n.º2.

A força probatória constituirá o principal efeito do CSE e aquele que beneficia de uma presunção legal escusa de provar o facto a que ela conduz, pelo que o herdeiro declarado como tal num CSE sê-lo-á até prova em contrário. Mas o efeito probatório estará limitado às matérias sucessórias? Nos termos do art.º 69.º, n.º2, parece que outras informações contidas no CSE e que estejam estritamente ligadas à sucessão poderão gozar daquela presunção, por exemplo a indicação do regime de bens do casamento dissolvido por óbito se e quando o certificado for instruído com uma certidão de casamento. No entanto, resulta do considerando 71 que a força probatória do certificado não deve ser estendida a elementos não regulados pelo Regulamento, tais como questões de filiação ou saber se determinado bem pertencia ou não ao falecido.

Outro dos efeitos relevantes é do da proteção de terceiros. Nos termos do art.º 69, n.º3, o terceiro que entregue um bem ou proceda a um pagamento aquele que está mencionado no certificado como habilitado para receber o bem ou o pagamento

beneficia da proteção do terceiro de boa-fé. Da mesma forma, se alguém adquirir uma bem a uma pessoa indicada no CSE como habilitada para dele dispor não pode ser prejudicada se mais tarde se vier a concluir que o certificado não continha informação exata e o alienante não tinha legitimidade para atuar.

O CSE constitui, assim, um título legitimador para pagamentos, receção de bens, mas também de atos de administração e mesmo de disposição dos bens da herança. Isto é, quem efetuar pagamentos ou entregar bens a determinada pessoa indicada no certificado atua de forma correta. A não ser que tenha tido conhecimento prévio de que o certificado estava viciado ou incorreto ou que o desconhecimento de algum daqueles factos resulte de uma atuação num quadro de negligência grave. O mesmo se aplica para o adquirente de bens à pessoa legitimada nos termos do certificado.

No entanto deste quadro não resulta uma aquisição válida, sem mais, por aquele que atuou de boa-fé. Essa questão há-de ser tratada por cada um dos ordenamentos jurídicos internos.

2.1 Título para registo de factos a ele sujeitos.

Resulta do exposto que a eficácia do CSE é muito próxima da que vimos em relação à habilitação de herdeiros em Portugal. É, aliás, a par da habilitação notarial de herdeiros, do procedimento simplificado de habilitação de herdeiros e da habilitação judicial, também título suficiente para a inscrição de aquisição de bens, em comum e sem determinação de parte ou de direito, a favor dos herdeiros. No entanto, os requisitos legais para a inscrição serão definidos, nos termos do Código do Registo Predial. É o que resulta da leitura conjugada dos artigos 69.º, n.º3, e art.º 1.º, n.º2, k) e l), do Regulamento⁷⁴.

Assim, nos termos do considerando 18 do Regulamento das Sucessões deverá ser a lei do Estado-Membro no qual é mantido o registo que determinará em que condições legais e de que forma deve ser feita a inscrição no registo e quais as autoridades, tais como as conservatórias de registo ou os notários, encarregadas de verificar se estão preenchidos todos os requisitos que legitimem determinada inscrição.

⁷⁴ Para mais desenvolvimentos cf., I.A. VIDAL – EL certificado sucessório europeu. Wolters Kluwer, 2015, capítulo 7 -3. O Certificado Sucessório Europeu e o Registo de Propriedade.

No entanto, a fim de evitar a duplicação de documentos, as autoridades de registo deverão aceitar documentos exarados pelas autoridades competentes de outro Estado-Membro e cuja circulação esteja prevista no Regulamento. O CSE é um documento válido para inscrição de bens da herança num registo de um Estado-Membro, mas as autoridades responsáveis pelo procedimento de registo podem solicitar ao requerente que apresente informações ou documentos suplementares exigidos pela lei do Estado-Membro, como por exemplo, informações ou documentos relacionados com o pagamento de impostos.

Ainda nos termos do considerando 19 deverão ficar igualmente excluídos do âmbito de aplicação do Regulamento os efeitos da inscrição de um direito num registo. Assim é a cada um dos Estados-Membros que cabe determinar se o registo tem efeito, por exemplo, declarativo ou constitutivo.

Contrariamente à prática seguida durante alguns anos nas Conservatórias de Registo, onde se utilizou a “habilitação de herdeiros” como causa de aquisição, hoje a causa de aquisição no registo é a sucessão hereditária, independentemente da partilha. Indicação que nos parece mais lógica pois que a causa de transmissão reside, em rigor, na vocação sucessória, enquanto a habilitação constitui o título através do qual se consubstancia e comprova aquele facto.

A habilitação de herdeiros ou o certificado sucessório europeu podem ser autonomamente admitidos como expediente técnico para obter um registo em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de todos os herdeiros.

Na verdade, os interessados na sucessão podem coligar-se para o efeito de alienarem a terceiro um prédio determinado da herança ou mesmo todos os prédios que a constituem. A lei que reconhece este direito não pode recusar aos interessados o meio técnico de o efetivarem e assegurarem. O comprador que adquiriu um prédio naquelas circunstâncias há – de poder recorrer ao registo e se tiver de o inscrever previamente a favor dos vendedores só o poderá fazer em comum e sem determinação de parte ou de direito.

3. O CONCURSO DE DOCUMENTOS

Ainda assim não podemos deixar de considerar alguns problemas que o concurso de dois documentos com efeitos análogos, habilitação de herdeiros e certificado sucessório ou entre CSE, pode suscitar.

Imaginemos que o cidadão A, de nacionalidade portuguesa, morre em Espanha, país onde tinha residência habitual tendo feito testamento pelo qual instituiu o cônjuge como herdeiro universal. Da herança fazem parte bens imóveis localizados em Portugal e em Espanha. B, cônjuge de A, de nacionalidade espanhola requer e obtém, junto de um notário espanhol, um certificado sucessório europeu no qual é declarada como única herdeira de A. Apresenta o referido certificado num Cartório Notarial em Portugal para legitimar a sua intervenção, como vendedora, num contrato de compra e venda de um dos imóveis que faz parte da herança de A. C, arrendatário do imóvel, ao ter conhecimento desse facto, aquando da comunicação para o exercício do direito de preferência, aparece no cartório notarial e opõe-se à realização da escritura pública de compra e venda alegando ser filho de A o que demonstra com uma habilitação de herdeiros.

B exige ao notário português que reconheça o CSE emitido pelo notário espanhol de forma a concretizar o contrato de compra e venda. Como deve atuar o notário português?

Como já vimos os efeitos do CSE são bastante abrangentes e produzem-se em todos os Estados-Membros sem necessidade de recurso a qualquer procedimento de reconhecimento como pode acontecer em relação aos documentos autênticos ou decisões proferidas em outro Estado-Membro.

Parece ainda que, mesmo a possibilidade de controlo prévio por parte do país de destino, por exemplo, quanto à competência da autoridade que emite o CSE, ou a possibilidade do conteúdo do certificado ser contrário à ordem pública não pode ser admitida. Pelo que, afastaríamos aqui, a aplicação do regime previsto no artigo 40.º e seguintes do regulamento.

Nos termos do artigo 69.º do Regulamento, B indicada no CSE como única herdeira de A, goza da presunção legal de que tem aquela qualidade e portanto terá

legitimidade para alienar o património do autor da herança. Por outro lado, o notário português, em princípio, nada poderia fazer, pois a suspensão dos efeitos do certificado só pode ser ordenada pela autoridade emissora ou pela autoridade judicial. É o que resulta do art.º 73.º do Regulamento. No entanto, uma atuação diligente do notário implicaria que suscitasse a questão junto da entidade emissora do CSE, mas também junto da entidade que emitiu a habilitação de herdeiros, no sentido de requerer a suspensão do mesmo até que se determinasse a qualidade de C.

Por outro lado, a proteção do terceiro adquirente estaria necessariamente prejudicada na medida em que, ao presenciar toda a situação relatada, não poderia deixar de ter conhecimento de que o certificado ou a habilitação de herdeiros, ou ambos, poderiam não ser exatos.

Do concurso de documentos com efeitos análogos pode, assim, resultar tipos distintos de herdeiros, legatários, testamentários ou administradores de herança consoante se trate de uma sucessão com carácter transfronteiriço ou meramente interna.

Os chamados à sucessão interna só podem lançar mão da habilitação de herdeiros. Já os que se confrontam com uma sucessão transfronteiriça podem fazer uso de um CSE. Coloca-se então o problema de saber qual o instrumento jurídico que deve prevalecer.

O regulamento não oferece resposta e não nos permite concluir da eventual prioridade do CSE sobre os documentos com efeitos análogos emitidos, com base nas leis nacionais, por cada um dos Estados-Membros.⁷⁵

No limite dever-se-á lançar mão do mecanismo previsto no art.º 72.º do regulamento para que a autoridade judicial resolva, com força de caso julgado, a contradição dos documentos.

⁷⁵ No sentido de que deve prevalecer o CSE, cf. A.BONOMI et P. WAUTELET, *Le droit européen des successions – commentaries du Règlement n.º 650/2012 du 4 juillet 2012*, Bruxelles, Bruylant, 2013 p.715

1.1. O registo das habilitações de herdeiros.

O ordenamento jurídico português⁷⁶ prevê um mecanismo de registo das habilitações de herdeiros, independentemente da forma da sua titulação, no assento de óbito do falecido. Aquele registo é feito por meio de cota de referência que especifique a data, a forma de titulação e a identificação do título. O mesmo mecanismo é usado em relação ao processo de inventário por óbito do registado, isto é, faz-se menção no assento de óbito, do cartório notarial onde o processo foi instaurado e do número do processo.

O registo de cada um destes factos é possível por força da comunicação que, no prazo de cinco dias após o trânsito da decisão judicial que declare a habilitação de herdeiros ou da data em que seja lavrada a escritura pública do mesmo ato, os tribunais e os cartórios têm de fazer às conservatórias.

Esta comunicação pode ser feita a qualquer conservatória do registo civil, por via eletrónica e deve ser instruída com cópia do título que servirá de base ao registo.

Os notários, para os mesmos efeitos, e no mesmo prazo de cinco dias, devem ainda comunicar a qualquer conservatória do registo civil e por via eletrónica a instauração do processo de inventário.

A introdução do CSE reclama, assim, uma alteração legislativa no sentido de permitir idêntico mecanismo para que se consiga evitar a duplicação de procedimentos e o concurso de documentos com efeitos análogos. No entanto, o cruzamento de informação relativa à existência de CSE nos diferentes Estados-membros só será eficaz se e quando for criada e organizada uma estrutura central europeia de registos de CSE de que falaremos mais adiante.

⁷⁶ É o regime previsto nos artigos 202.º A e 202.ºB do Código do Registo Civil.

1.2. A criação e organização de um sistema de interligação de plataformas de registo de testamentos e de certificados sucessórios europeus.

Demonstrada que está a utilidade do CSE na afirmação do Regulamento das Sucessões importa perceber como é que, na prática, se ultrapassam as dificuldades de comunicação entre os diversos Estados-Membros, desde logo, quanto à existência ou não de testamento e de CSE.

Ora, a existência de um registo centralizado de testamentos e de CSE, ao nível europeu, é uma condição essencial para a comunicação da informação ali contida. É claro que a idiossincrasia de cada um dos ordenamentos jurídicos não facilita uma troca célere das informações. E, na maioria dos Estados-Membros, só quem demonstre um interesse legítimo poderá saber da existência de testamento ou de CSE.

Conhecer-se da existência ou não de um testamento é um dos primeiros passos para determinar quem são os únicos interessados na herança aberta por óbito de determinada pessoa. Num contexto de liberdade de circulação de pessoas qualquer cidadão pode ter outorgado o seu testamento num país diferente do da sua nacionalidade ou residência habitual, pelo que a entidade competente para a tramitação de um processo de habilitação de herdeiros, partilha ou inventário depara-se com campo de pesquisa extremamente alargado.

Num contexto transfronteiriço, a criação de um mecanismo que interligue e centralize as informações relativas à existência de disposições de última vontade registadas em cada um dos diferentes países é essencial para permitir conhecer, com segurança e rapidez, se foi feito um testamento ou um CSE e onde. Acontece que em alguns Estados-Membros não há sequer um registo de testamentos, como por exemplo na Grécia, Irlanda, Suécia ou na Finlândia, embora esta realidade seja residual⁷⁷.

O Livro Verde sobre sucessões e testamentos de 1 de março de 2005 traduzia já a preocupação quanto à necessidade da criação de um registo centralizado e a regulamentação da forma de acesso à base de dados, pelas autoridades e pelos interessados. Preocupação que foi adensada com o parecer do Comité Económico e

⁷⁷ Cf. Relatório do Conselho da União Europeia de 28 de abril de 2016 (8147/1/16 VER 1) LIMITE E JUSTICE 56 consultar em [http://www.consilium.europa.eu/en/meetings/mpo/2015/11/working-party-on-e-law-\(e-justice\)---expert-grp-on-interconnection-of-register-of-wills-\(241731\)/](http://www.consilium.europa.eu/en/meetings/mpo/2015/11/working-party-on-e-law-(e-justice)---expert-grp-on-interconnection-of-register-of-wills-(241731)/)

Social Europeu de 26 de outubro de 2005⁷⁸. Do ponto 3.3 daquele parecer resulta o apoio ao programa comunitário da Haia onde se prevê a criação de uma “certidão europeia de direitos sucessórios” e a criação de um registo de testamentos. Haveria que criar um registo central europeu cuja informação seria acessível aos juízes, notários e outros agentes competentes ao abrigo da lei nacional aplicável. Adiantava-se ainda que o referido sistema europeu de registo deveria ser compatível com a Convenção de Basileia⁷⁹ e com o da Convenção de Washington⁸⁰, uma vez que vários Estados-Membros são já partes destas convenções e que o Regulamento será aplicável também às sucessões que envolvam um país terceiro.

Infelizmente, o Regulamento não trata de nenhuma questão sobre o registo centralizado, a nível europeu, de atos de última vontade e ou de CSE. No entanto, poderemos concluir que este seria um passo prévio fundamental para o sucesso da implementação do novo paradigma das sucessões europeias.

1.3. Os registos centrais em Portugal.

Em Portugal os notários devem remeter à Conservatória dos Registos Centrais informação com a identificação dos testamentos públicos, instrumentos de aprovação, depósito ou abertura de testamentos cerrados e de testamentos internacionais, escrituras de revogação de testamentos e escrituras de repúdio de herança ou de legado que hajam sido lavrados no mês anterior, bem como a identificação dos respetivos testadores ou outorgantes.⁸¹ Note-se que aquela comunicação não revela o conteúdo de cada um dos atos, mas tão só o facto de terem sido lavrados e a identificação dos intervenientes.

A informação é prestada através do envio de uma ficha de modelo aprovado e que é preenchida de acordo com as instruções comunicadas pela circular de 3 de dezembro de 1954 da Conservatória dos Registos Centrais e serve de base à organização

⁷⁸ Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o “Livro Verde sobre as sucessões e testamentos” in <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52005AE1242>

⁷⁹ Convenção sobre o Estabelecimento de um Sistema de Registo de Testamentos concluída em 16/05/1972 em Basileia aprovada para ratificação pelo Decreto n.º3/82 publicado no Diário da República I, n.º15 de 19/01/1982

⁸⁰ Convenção Relativa à Lei Uniforme sobre a Forma de Um Testamento Internacional concluída em 26/10/1973 em Washington aprovada para adesão pelo Decreto n.º252/75 publicado no Diário da República I, n.º119, de 23/05/1975.

⁸¹ Obrigação que resulta do artigo 187.º do Código do Notariado.

nessa Conservatória do índice geral desse atos, o qual é depois completado com a anotação do falecimento do testador.

Trata-se portanto de um sistema muito rudimentar e falível.

O Estatuto da Ordem dos Notários⁸² prevê a criação e organização, junto da Ordem dos Notários, de um registo central, de escrituras e de testamentos faltando, no entanto, a respetiva regulamentação. Este sistema permitirá traduzir de forma desmaterializada, mais célere e fidedigna toda a informação prestada por cada um dos cartórios que compõem a rede notarial nacional e, ao mesmo tempo, a interligação com sistemas análogos de outros Estados-membros.

1.4. A situação ao nível Europeu

Em 2005, por iniciativa do Notariado Europeu, foi criada uma associação de direito belga, sem fins lucrativos e cujo principal objetivo é a criação de uma rede de interligação das diferentes plataformas nacionais de registo de testamentos, mas também dos certificados sucessórios europeus, a Associação Europeia de Registos de Testamentos⁸³, doravante AERT. Esta estrutura integra 17 membros efetivos e dois parceiros observadores e constitui uma rede europeia de registo de testamentos e CSE que permite ao notários e outros profissionais envolvidos na tramitação de um processo sucessório encontrar um registo estrangeiro através da plataforma nacional de registo.

Este projeto teve o apoio da Comissão Europeia no âmbito do programa “2007-2013 Civil Justice” e representa já hoje uma resposta na identificação das diferentes práticas dos 28 Estados-membros no que toca à abertura de testamentos ou à disponibilização do conteúdo dos mesmos num contexto transfronteiriço, ou seja, quando é encontrado um testamento num país diferente daquele que requer a informação. O levantamento feito por esta organização permitiu identificar duas grandes dificuldades: por um lado, a localização de documentos em países onde não há um sistema de centralizado de registo; por outro, quando encontrado o documento, a dificuldade de acesso à informação que contém. Ora, precisamente para evitar a reabertura de uma sucessão ditada por novos elementos que constem de um testamento localizado noutro país que não aquele onde corre o processo de partilha, mas também

⁸² Art.º 3.º p) da Lei n.º 155/2015 de 15 de setembro

⁸³ <http://www.arert.eu/The-European-Network-of-Registers.html?lang=en> consulta em 6 de maio de 2016

para evitar a duplicação de certificados de habilitação, é determinante que as estruturas que conhecem da sucessão tenham, em tempo útil, acesso à informação que precisam para o tratamento capaz do processo.

No entanto, o acesso à informação contida nos testamentos coloca desafios de ordem prática e legal. Primeiro, a existência de um registo nacional centralizado é um pré-requisito para a comunicação da informação. Depois, em muitos países, o princípio da territorialidade restringe a troca de informações, pelo que é necessário adaptar a legislação interna de cada um dos Estados-membros no sentido de permitir a remoção dos obstáculos autorizando a partilha cruzada de informações. Caso contrário, se exigirmos que os interessados visitem todos os países onde o autor da herança viveu ou trabalhou para saber se ali outorgou testamento ou foi feito um CSE, estaremos a trair o espírito do legislador europeu na afirmação da cidadania europeia.

Outra dificuldade radica na natureza jurídica de cada um dos registos nacionais. Em alguns países, o registo está concentrado numa entidade pública, enquanto noutros é gerido por profissionais, geralmente notários, que têm competência para elaborar testamentos e escrituras de habilitação de herdeiros. Itália e Espanha têm oferecido muita resistência na adesão à rede europeia de registos de testamentos e CSE invocando que nem todos os registos em rede são geridos pela administração pública. No Reino Unido, por exemplo, o registo é gerido por uma entidade privada.

No entanto e não obstante o caminho a percorrer no sentido de encorajar cada um dos Estados-membros a designar a estrutura responsável pela gestão da informação relativa testamentos e CSE, tanto a nível interno como externo, temos já vários sistemas públicos de registo ligados à AERT. É o caso da Estónia, Lituânia e Luxemburgo.

Temos assim 15 entidades de registos de testamentos e duas de CSE ligadas à plataforma da AERT. São eles a Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Estónia, France (testamentos e CSE), Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Luxemburgo (testamentos e CSE), Holanda, Polónia, Roménia, Eslováquia.⁸⁴

⁸⁴ Relatório do Conselho da União Europeia, Bruxelas, 28 de abril de 2016 (OR.fr) 8147/1/16 REV 1 LIMITE EJUSTICE 56

O Certificado Sucessório Europeu surge, no âmbito Regulamento (UE) n.º650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de julho de 2012 relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu, como um instrumento essencial na prova da qualidade de herdeiro, legatário, executor testamentário ou administrador da herança, mas também dos direitos e poderes de cada um destes interessados numa herança com carácter transfronteiriço, entendido, no caso particular do CSE, como aquela que tem pontos de contacto com mais de um Estado-Membro participante. A ideia que preside a este novo instrumento jurídico europeu é permitir aos cidadãos que possam realizar os seus direitos sucessórios de forma simples, fácil e segura, sem necessidade de recorrer a procedimentos complexos e onerosos de reconhecimento dos documentos jurídicos internos com efeitos análogos ao CSE.

Apesar de algumas fragilidades que tentámos apontar, nomeadamente quanto à determinação da competência funcional e internacional, o concurso de documentos e respetivo registo, O CSE apresenta, entre outras, as seguintes características: tem carácter voluntário no sentido de que a sua utilização não é obrigatória, podendo qualquer interessado recorrer a um documento interno com efeitos análogos e só é emitido a instância ou solicitação de um interessado, que deverá ser uma das pessoas (requerentes) mencionadas no artigo 63.º do Regulamento, isto é, tratar-se de herdeiro, legatário, executor testamentário ou administrador de herança. E, portanto, cada um dos referidos interessados poderá sempre lançar mão de um documento interno, v.g., escritura notarial de habilitação de herdeiros ou procedimento simplificado de habilitação de herdeiros para os mesmos fins. No entanto, nenhuma autoridade ou pessoa perante a qual de apresente um CSE poderá exigir que, em substituição, se lhe apresente um qualquer outro documento.

É um documento legal europeu com um nível de controlo jurídico, quer de forma, quer de substância, que se pretende igual em todos os Estados-Membros participantes.

Assim, com a adoção de um documento sucessório único, permite-se que todos os particulares disponham do mesmo recurso documental para a prova da sua qualidade e ou direitos e poderes na resolução de uma sucessão com incidência transfronteiriça.

No entanto, tal desiderato só será alcançado plenamente se e quando todos os Estados-Membros participantes estejam em condições de o emitir e sobretudo quando estiver operacional a rede europeia de partilha de informações quanto a disposições de última vontade e Certificados Sucessórios Europeus.

ALMEIDA, JOÃO GOMES-*Direito de conflitos Sucessórios Alguns Problemas*, junho 2012, Almedina, Coimbra

ALMEIDA, JOÃO GOMES – “Apontamentos sobre o novo direito de conflitos sucessório” *In Revista do Centro de Estudos Judiciários 2014 II*

A.BONOMI et P. WAUTELET, *Le droit européen des successions – commentaries du Règlement n.º 650/2012 du 4 juillet 2012*, Bruylant, Bruxelles, 2013.

BENANTI, CLÁUDIA- “*Il certificato Successorio Europeo: Ragioni, Disciplina e Conseguenze della sua Applicazione Nell ‘ordinamento Italiano*” in http://www.spgi.unipd.it/Repository/ngcc/2014/01_2014_Benanti.pdf

D. BOULANGER, G. LIOTTA, E. CALÒ, C. FÖKEHRER, R. SÜSS, Coordinazione P. PASQUALIS, Regolamento (UE) n.650/2012, Consiglio Nazionale del Notariato, Studi e Materiali, 2012.

GONÇALVES, ANABELA SUSANA, “As linhas gerais do Regulamento Europeu sobre as Sucessões” – *in* Cadernos de Direito Privado n.º52 Outubro/Dezembro 2015, p.3 a 20.

I. RODRÍGUEZ – U. SUÁREZ – La ley aplicable a las sucesiones mortis causa en el Reglamento (UE) 650/2012 - *InDret – Revista para el análisis del derecho – Barcelona, Abril 2013*

I.A. VIDAL (coord.), El nuevo Marco de las sucesiones internacionales en la Unión Europea, ed. Consejo General del Notariado, 2014.

I.A. VIDAL – EL certificado sucessório europeu. Wolters Kluwer, 2015

J. CARRASCOSA GONZÁLEZ – Reglamento sucesorio europeo y actividade notarial <http://e-revistas.uc3m.es/index.php/CDT/article/view/1909/901>

J.C. MARTÍN ROMERO, El certificado sucesorio europeo: propuesta reglamentaria, *Revista Jurídica del Notariado*, n.º73, 2010, Madrid, Consejo General del Notariado, pp.547-588.

MACHADO, JOÃO BAPTISTA – Lições de Direito Internacional Privado, 3.^a Edição – Almedina, Coimbra – 1985

MARINHO CARLOS M.G. DE MELO – Sucessões Europeias – O novo regime sucessório europeu – Quid Juris (novembro 2015)

MOTA HELENA - A autonomia conflitual e o reenvio no âmbito do Regulamento (EU) n.º 650/2012 do PE e do Conselho, de 4 de Julho de 2012 *in RED* - Revista Eletrónica de Direito – Fevereiro 2014 –n.º 1 – páginas 4 a 20.

MOTA HELENA – O presente e o futuro das relações familiares e sucessórias internacionais no Direito da União Europeia. Um ponto da situação – *in RED* – Fevereiro de 2015 – páginas 4 a 13.

Novo Processo de Inventário – Guia prático – 2.^a Edição – Centro de Estudos Judiciários, Coordenação Carla Câmara
http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_guia_pratico_do_novo_processo_de_inventario_2_edicao.pdf.

PARISI, FRANCESCO *Harmonization of European Private Law: An Economic Analysis*, University of Minnesota - Law School; University of Bologna September 11, 2007 *in* http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1014385

PINHEIRO, LUÍS DE LIMA – *Direito Internacional Privado* – Volume II – Direito dos Conflitos – Parte Especial – Almedina 2015

POPESCU, DAN ANDREI – “Guide on international private law in successions matters”, http://www.uniuneanotarilor.ro/files/2015/Guide_on_intern_private_law_succ_matters_EN.pdf

RAMOS, RUI MANUEL MOURA – “O Direito Internacional Privado das Sucessões na União Europeia. Primeiras Reflexões” *in* Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, VOL LXXXIX Tomo I, 2013, Coimbra

SOUSA, RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA – Lições de Direito das Sucessões, volumes I e II, 2.^a edição Coimbra Editora, Limitada, 1993

TIMÓTEO, JOEL – A competência em matéria sucessória – novas regras de sucessão internacional por morte – *In Revista do Centro de Estudos Judiciários 2014 II*

ULF BERGQUIST, DOMENICO DAMASCELLI, RICHARD FRIMSTON, PAUL LAGARDE, FELIX ODERSKY, BARBARA REINHARTZ, - “Commentaire Du Règlement Européen sur Les Successions” – Dalloz, 2015.

WOLDE, MATHIJS. H., “Will professionals in other countries be able to rely on a European Certificate of Inheritance for all purposes?”, Groningen
http://www.successions.org/20_ten_Wolde.pdf